



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO**  
**Transcrição da 159ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de maio de 2023**

1 Em 12 de maio de 2023, reuniu-se ordinariamente a Unidade Regional  
2 Colegiada Triângulo Mineiro (URC TM) do Conselho Estadual de Política  
3 Ambiental (COPAM), por meio de videoconferência, conforme condições  
4 estabelecidas pela deliberação conjunta COPAM CRH nº 19/2020, de 24  
5 de abril de 2020. Participaram os seguintes membros titulares e suplentes:  
6 Presidente Ilídio Lopes Mundim Filho, da Superintendência Regional  
7 SUPRAM Alto Paranaíba. Representantes do Poder Público: José Roberto  
8 Silva, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
9 (SEAPA); Charles Rodrigues Campos, da Secretaria de Estado de  
10 Desenvolvimento Econômico (SEDE); Meire Aparecida Godoy Gomide, da  
11 Secretaria de Estado da Educação (SEE); Carla Vieira Alvarenga, da  
12 Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (SEINFRA); Hélio  
13 Evaldo da Silva, da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais  
14 (Epamig); Rugislaine Dias Alves Zoppa, do Instituto Mineiro de  
15 Agropecuária (IMA); 1º Ten. Cristiano Corrêa Lemos, da Polícia Militar de  
16 Minas Gerais (PMMG); Daniel Fernandes Loureiro, do Conselho Regional  
17 de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (CREA/MG); Carlos Alberto  
18 Valera, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG); Maria  
19 Clara Machado Alessi F., da Prefeitura de Uberlândia. Representantes da  
20 Sociedade Civil: Maria Eduarda Rodrigues da Cunha Gonçalves, da  
21 Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG); João  
22 Henrique Vieira da S. de P., da Federação da Agricultura e Pecuária do  
23 Estado de Minas Gerais (FAEMG); Bertholdino Apolonio Texeira Jr., da  
24 Associação das Indústrias Sucroenergéticas do Estado de Minas Gerais  
25 (SIAMIG); Alan Guimarães Machado, da Ambiente Educação Interativa  
26 (AMEDI); Marizélia Gomes Costa, do Instituto Agronelli; Antônio Carlos  
27 Marangoni, da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG); Mauro  
28 das Graças Mendonça, do Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM);  
29 Felipe Pimenta de Almeida, da Ordem dos Advogados do Brasil de Minas  
30 Gerais (OAB/MG). **Assuntos em pauta. 1. ABERTURA PELA**  
31 **SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA**  
32 **AMBIENTAL E PRESIDENTE DA URC TM, VALÉRIA CRISTINA**



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO**  
**Transcrição da 159ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de maio de 2023**

33 **REZENDE.** Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Então,  
34 prezados conselheiros, tendo em conta que me foi informado que já temos  
35 então o quórum. Tendo em conta que a chamada já foi realizada. Gostaria,  
36 então, de darmos início efetivamente a nossa 159ª Reunião Ordinária da  
37 Unidade Regional Colegiada Triângulo Mineiro - URC TM, do Conselho  
38 Estadual de Política Ambiental, COPAM. Inicialmente, cumprimentando a  
39 todos, novamente, na pessoa dos conselhos. Pessoal da sede, que nos  
40 deu apoio, pessoal da SUPRAM Triângulo Mineiro, que também presta  
41 apoio na realização desta reunião. Inicialmente, eu gostaria de ler o  
42 memorando, SEMAD SECEX COPAM nº68/ 2023, que foi expedido pela  
43 secretária executiva, nos seguintes termos: Belo Horizonte, 8 de maio de  
44 2023. Para conselheiros da Unidade regional Colegiada Triângulo Mineiro,  
45 URC TM do Conselho Estadual de Política Ambiental, COPAM. Assunto:  
46 presidência da 159ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada  
47 Triângulo Mineiro - URC TM, do Conselho Estadual de Política Ambiental,  
48 COPAM. Os senhores conselheiros, considerando os termos do parágrafo  
49 3º do artigo 20, do decreto número 46.953, de 23 de fevereiro de 2016,  
50 que dispõe sobre a organização do Conselho Estadual de Política  
51 Ambiental, COPAM, de que trata a Lei 21972 de 21 de janeiro de 2016,  
52 cita o artigo: “indico o senhor Ilídio Lopes Coutinho Filho. Superintendente  
53 regional da Supram Alto Paranaíba, da SEMAD, para presidir a 159ª  
54 Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Triângulo Mineiro. Eu,  
55 COPAM, a ser realizada no dia 12 de maio de 2023 às 9 horas,  
56 inteiramente digital. Atenciosamente, Valéria Cristina Rezende, secretário  
57 executivo do Conselho Estadual de Política Ambiental e presidente da  
58 Unidade Regional Colegiada do Triângulo Mineiro.” Desta feita, convido  
59 então, agora todos os conselheiros e demais presentes e aqueles  
60 servidores que nos dão apoio para que possamos então, fazer a execução  
61 do hino nacional. **2. EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.**  
62 [Execução do Hino Nacional Brasileiro]. **3. COMUNICADO AOS**  
63 **CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Presidente Suplente Ilídio  
64 Lopes Mundim Filho: Prosseguindo com a nossa reunião, conselheiros, os



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO**  
**Transcrição da 159ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de maio de 2023**

demais colegas e aqueles que nos acompanham, passamos ao item 3 da nossa pauta. Dessa forma, eu passo a palavra aos conselheiros, perguntando se há por parte dos mesmos, algum comunicado, colocação, aviso. Para que possam nos passar fazendo uso da palavra, à vontade. Doutor Carlos, o senhor tem a palavra. Carlos Alberto Valera, MPMG: Bom dia, novamente a todos, Carlos Valera MPMG. Só para compartilhar com os conselheiros, o Ministério Público de Minas Gerais, de forma inédita, em dezembro de 2022, através da resolução 58. Criou o Núcleo Integrador para a Tutela da Água e do Solo. É uma estrutura que vai integrar o nosso centro de apoio do meio ambiente, o nosso kaoma e a coordenação por designação do procurador-geral, recaiu sobre a minha pessoa, então eu queria me colocar à disposição de todos. Explicando o que o nutas irá fazer, ele vai procurar atuar nas macroquestões vinculadas a água e ao solo. Nós já temos hoje as promotorias de meio ambiente distribuídas por todo o estado que atuam, vamos dizer assim, de forma varejista. E a ideia do NUITAS é que o Ministério Público possa estabelecer com todos os poderes e com o setor produtivo, macro discussões para conservação e preservação desses bens ambientais, que é o solo e a água. Então, me coloco a disposição de todos, muito obrigado. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Obrigado, Doutor Carlos. Mais algum conselheiro gostaria de fazer alguma colocação? Tendo em conta a não manifestação, daremos por encerrado então, o item 3 de nossa pauta. Tal qual o item 4, tendo em conta que já foi repassado o comunicado da secretaria executiva.

**5. EXAME DA ATA.** Ficando então, passando então para o item 5 da nossa pauta, que é o Exame da Ata, que é a 158ª Reunião Ordinária, havida em 10 de fevereiro de 2023. Ata foi disponibilizada a todos os conselheiros de maneira em que, podemos passar a votação, por gentileza. Conselheiro José Roberto Silva, da SEAPA, como vota? Conselheiro José Roberto Silva, da SEAPA: Aprovado. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Obrigado, conselheiro. SEE, Meire Aparecida Godoi Gomide como vota? Meire Aparecida Godoi Gomide, SEE: Voto a favor. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Obrigado. Sede, Charles Rodrigues



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO**

**Transcrição da 159ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de maio de 2023**

97 Campos como vota? Charles Rodrigues Campos, Sede: Charles  
98 Rodrigues Campos, Sede, favorável. Presidente Suplente Ilídio Lopes  
99 Mundim Filho: Obrigado, conselheiro. Seinfra, Carla Vieira Alvarenga como  
100 vota? Carla Vieira Alvarenga, Seinfra: Voto a favor. Presidente Suplente  
101 Ilídio Lopes Mundim Filho: Obrigado, conselheira. Epamig, Hélio Evaldo da  
102 Silva, como vota? IMA, Rugislaine Dias Alves Zoppa, como vota?  
103 Rugislaine Dias Alves Zoppa, IMA: Favorável. Presidente Suplente Ilídio  
104 Lopes Mundim Filho: Obrigado, conselheira. Polícia Militar de Minas Gerais,  
105 Primeiro Tenente Cristiano Correia Lemos, como vota? Primeiro Tenente  
106 Cristiano Correia Lemos, PMMG: Favorável. Obrigado, conselheiro. CREA  
107 Minas Gerais, Daniel Fernandes Loureiro, como vota? Ministério Público  
108 de Minas Gerais, Doutor Carlos Alberto Valera. Como vota? Carlos Alberto  
109 Valera, MPMG: Carlos Valera, MPMG, favorável. Presidente Suplente Ilídio  
110 Lopes Mundim Filho: Obrigado, Doutor Carlos. Prefeitura de Uberlândia,  
111 Maria Clara Machado Alessi, como vota? Maria Clara Machado Alessi,  
112 Prefeitura de Uberlândia: Favorável. Presidente Suplente Ilídio Lopes  
113 Mundim Filho: Obrigado, conselheira. Daniel Fernandes Loureiro,  
114 CREA/MG: Desculpe, meu áudio deu problema. É Daniel do CREA/MG.  
115 Voto favorável. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Ok,  
116 obrigado conselheiro, registrar então, CREA, Daniel Fernandes Loureiro,  
117 favorável. Fiemg, Maria Eduarda. Maria Eduarda Rodrigues Correia,  
118 FIEMG: Favorável. Me desculpa, presidente. Presidente Suplente Ilídio  
119 Lopes Mundim Filho: Imagina, obrigado, conselheira FAEMG, João  
120 Henrique Vieira, como vota? João Henrique Vieira, FAEMG: Favorável, de  
121 acordo. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Obrigado,  
122 conselheiro. Siamig, Bertholdino Apolonio Teixeira Júnior, como vota?  
123 Bertholdino Apolonio Texeira Jr., Siamig: Favorável. Presidente Suplente  
124 Ilídio Lopes Mundim Filho: Obrigado, conselheiro. Abragel, José Eduardo  
125 Pessanha, está ausente. Amedi, Alan Guimarães Machado, como vota?  
126 Alan Guimarães Machado, Amedi: Favorável. Presidente Suplente Ilídio  
127 Lopes Mundim Filho: Obrigado, conselheiro. Instituto Agronelli, Marizélia  
128 Gomes Costa como vota? Marizélia Gomes Costa, Instituto Agronelli:



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO**  
**Transcrição da 159ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de maio de 2023**

129 Marizélia, Instituto Agronelli, favorável. Presidente Suplente Ilídio Lopes  
130 Mundim Filho: UEMG, Antônio Carlos Marangoni como vota? Antônio  
131 Carlos Maragani, UEMG: Universidade do Estado de Minas Gerais,  
132 Antônio Carlos Marangoni, favorável. Presidente Suplente Ilídio Lopes  
133 Mundim Filho: Obrigado, conselheiro. IFTM, Mauro das Graças Mendonça,  
134 como vota? Mauro das Graças Mendonça, IFTM: Favorável. Presidente  
135 Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Obrigado, conselheiro. OAB está  
136 ausente. Temos então, 16 votos favoráveis. Aprovada a ata da 158ª  
137 Reunião Ordinária, realizada em 10 de fevereiro de 2023. Considerada  
138 então, dessa forma, cumprido o item 5 de nossa pauta. Nesse sentido  
139 dando continuidade aos trabalhos, prezados conselheiros, colegas e  
140 aqueles que nos acompanham, passemos então, aos **5. EXAME DOS**  
141 **PROCESSOS ADMINISTRATIVOS** propriamente dito, que estão sendo  
142 levados a julgamento nesta assentada. Só um minuto, por gentileza.  
143 Conselheiros, tendo em conta que nós temos o retorno de vista, nós  
144 regimentalmente temos que votar primeiro, então nós faremos apreciação  
145 do item 6.1 e após nós daremos continuidade e tentaremos fazer uma  
146 votação em bloco, se possível, alguma objeção? Não. Passaremos, então.  
147 Item 6, **6. PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE**  
148 **RECURSOS DE ALTO INFLAÇÃO. 6.1**, Winston Frederico Almeida  
149 Drummond. Desenvolver atividades que dificulta a regeneração natural por  
150 meio de criação de gado em reserva legal. Ituiutaba, Minas Gerais.  
151 Processo administrativo, cap, número 687595 de 2020. Auto de infração  
152 número 257175 de 2019. Apresentação SUPRAM Triângulo Mineiro.  
153 Retorno de vistas pela conselheira Maria Eduarda Rodrigues da Cunha e  
154 Gonçalves, representante da Federação das Indústrias do Estado de  
155 Minas Gerais, FIEMG. Conselheira, Maria Eduarda, nós indagamos se  
156 vossa senhoria tem alguma consideração a fazer no que tange ao parecer  
157 de retorno de vistas. Maria Eduarda Rodrigues da Cunha e Gonçalves,  
158 FIEMG: Tenho sim, tem alguém com áudio aberto. Presidente, eu tenho,  
159 mas eu havia entendido que a gente votaria os outros processos por último  
160 retornaria a ele, não? Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Não,





**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO**  
**Transcrição da 159ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de maio de 2023**

161 conselheira, contrário. Ele tem regimentalmente preferência sobre os  
162 demais. Então, nós vamos votar no primeiro e aí, após a votação dele, nós  
163 daremos segmento a leitura da pauta e tentaremos fazer uma votação em  
164 bloco.\_Fica boa assim para a senhora? Maria Eduarda Rodrigues da  
165 Cunha e Gonçalves, FIEMG: Fica assim, perdão. Eu havia entendido da  
166 forma contrária. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Não  
167 imagina, tudo bem, fique à vontade. A senhora tem a palavra. Maria  
168 Eduarda Rodrigues da Cunha e Gonçalves, FIEMG: Tá bom, obrigado.  
169 Pessoal, bom dia a todos novamente. Obrigado presidente, pela cessão da  
170 palavra. Eu não vou fazer a leitura completa do meu relato de vista, faria  
171 apenas algumas considerações, haja vista que os conselheiros tiveram  
172 oportunidade de leitura anterior aqui a reunião pela disponibilização no site.  
173 Mas esse processo, conforme já apontado, foi pedido vista na nossa última  
174 reunião, em fevereiro. Esse auto de infração foi lavrado em decorrência do  
175 desenvolvimento da atividade, que dificulta a regeneração natural, então,  
176 por meio da criação de 45 cabeças de gado em 70 hectares de reserva  
177 legal e foi imputado uma multa de 35 mil ufengs. A atividade ficou  
178 suspensa no local da infração e foram apreendidas as 45 cabeças de gado.  
179 E o empreendedor protocolizou a defesa de forma tempestiva. Em recurso,  
180 ele nega a negativa de autoria. Ele aponta que o gado encontrado na  
181 propriedade, não era de sua posse, que caçadores de javali arrebentaram  
182 a cerca em noite anterior. E ele pede para que seja reconhecida a  
183 improcedência e, conseqüentemente, o cancelamento do auto de infração.  
184 E nós tivemos acesso ao processo completo, haja vista o pedido de vista.  
185 E diante dos documentos disponibilizados, nós apresentamos uma  
186 consideração, que diz respeito à aplicação da atenuante. Então, no artigo  
187 48 do Decreto 47.383, inciso primeiro, alínea a, nós temos atenuante que a  
188 efetividade das medidas adotadas pelo infrator para correção dos danos  
189 causados ao meio ambiente e recursos hídricos. Incluídas medidas de  
190 reparação de limitação da degradação causada se realizada de modo  
191 imediato, haverá a redução em 30% do valor da multa. E é considerado  
192 que não houve nenhum dano ambiental. O gado não permaneceu por



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO**  
**Transcrição da 159ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de maio de 2023**

193 muito tempo na reserva legal. Haja vista que foi arrebentado, conforme  
194 consta nos autos, na noite anterior. Então, teve depois do cercamento das  
195 áreas de reserva legal, então promoveu se a reparação da área, então,  
196 nós entendemos pela aplicação dessa atenuante. Então, em linhas gerais,  
197 diante do exposto, a gente entende pela aplicação da atenuante A,  
198 reduzindo-se o valor da de 30% do valor da multa. Presidente, eu gostaria  
199 de fazer uma sugestão que nós, a gente vem fazendo assim na CNR.  
200 Gostaria de ver se poderia ser possível a gente fazer aqui também. Nós  
201 votamos por um provimento do recurso, de acordo com o relatório da  
202 SUPRAM e depois nós votamos ou não, pela aplicação da atenuante. Não  
203 sei se seria possível dessa forma, mas como a gente vem fazendo na CNR  
204 tem dado certo. Gostaria de sugerir aqui também da mesma maneira.  
205 Obrigada. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Obrigado,  
206 conselheira, pela manifestação. Podemos fazer dessa forma que foi  
207 sugerida, se algum conselheiro tem alguma objeção, por gentileza? Não,  
208 não passaremos a... Conselheiros, eu peço só um minutinho para resolver  
209 uma questão técnica aqui. Conselheiros com a palavra, o colega Victor  
210 Otávio, da SUPRAM Triângulo Mineiro, coordenador do Núcleo de Auto de  
211 Infração Triangulo Mineiro, Alto Paranaíba. Victor, você tem a palavra.  
212 Victor Martins, SUPRAM TM: Bom dia a todos, com a questão de não ter  
213 se (trecho incompreensível) o autuado, ele assume o risco de colocar o  
214 gado nessa área, se ele ter sido, não seja, ele permitiu essa ocorrência da  
215 infração foi constatado, sim, pela polícia ambiental, que estava exercendo  
216 essa criação de gado nessa área de reserva, a tanto que ele não tem área  
217 disponível para a pasto, porque a área dele é toda de culturas, se não me  
218 engano. Com relação a atenuante, não há nenhuma prova no processo  
219 que ele reparou tanto. Eu não consegui analisar nenhuma folha, nenhum  
220 documento, nenhum laudo, nenhum grafia no processo não tem nada. Não  
221 tem como a gente ter replicado por causa disso. Então, tem realmente  
222 nada muito certo, só legação, do outro lado. Alegação com sem prova é  
223 mesma coisa, de não ter alegado nada, só isso mesmo. Presidente  
224 Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Obrigado, pela manifestação, Victor.



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO**  
**Transcrição da 159ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de maio de 2023**

225 Indago se algum outro conselheiro gostaria de fazer alguma manifestação  
226 complementar acerca do tema? Não tendo mais nenhuma manifestação,  
227 passaremos então a votação acerca do parecer de retorno de vistas.  
228 Acerca da aprovação ou não. Um minuto, por favor. Um minutinho, por  
229 favor. Então prosseguindo com a votação do item 6.1. Winston Frederico  
230 Almeida Drummond. Seapa, José Roberto Silva, como vota? José Roberto  
231 Silva, da SEAPA: Favorável. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim  
232 Filho: José Roberto Silva, votou favorável. Sede, Charles Rodrigues  
233 Campos, como vota? Charles Rodrigues Campos, Sede: Favorável.  
234 Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Conselheiro Charles  
235 favorável, obrigado, conselheiro. SEE, Meire Aparecida Godoi Gomide,  
236 como vota? Meire Aparecida Godoi Gomide, SEE: Eu vou me abster.  
237 Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Abstenção. Por gentileza,  
238 conselheira, justifique por gentileza a sua abstenção. Meire Aparecida  
239 Godoi Gomide, SEE: Eu fiquei em dúvida depois da relatoria e da defesa e  
240 eu fiquei, prefiro me abster e não votar. Presidente Suplente Ilídio Lopes  
241 Mundim Filho: Ok, obrigado conselheira. Seinfra, Carla Vieira Alvarenga,  
242 como vota? Carla Vieira Alvarenga, Seinfra: Favorável. Presidente  
243 Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Obrigado, conselheira. Epamig, Hélio  
244 Evaldo da Silva, como vota? Prosseguindo, IMA, Rugislane Dias Alves de  
245 Zoppa, como vota? Rugislane Dias Alves Zoppa, IMA: Favorável.  
246 Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Obrigado, conselheira. A  
247 Polícia Militar de Minas Gerais, ela é impedida de votar nesse processo,  
248 tendo em conta que foi o órgão que lavrou o auto de infração. Então, nós  
249 vamos anotar o impedimento da PM. CREA Minas Gerais, Daniel  
250 Fernandes Loureiro como vota? Daniel Fernandes Loureiro, CREA/MG:  
251 Favorável. **Interlocutor Não Identificado**: “Boa tarde, bom dia, eu estou  
252 até gravando o áudio aqui porque eu estou numa reunião virtual. É, se a  
253 gente puder adiar. Pode ser que até a parte da tarde, se eu conseguir um  
254 documento. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Senhor  
255 conselheiro, José Roberto, por gentileza, gostaria que o senhor fechasse o  
256 seu áudio. Obrigado. Prosseguindo. Ministério Público de Minas Gerais,





**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO**  
**Transcrição da 159ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de maio de 2023**

257 Doutor Carlos Alberto Valera como vota? Carlos Alberto Valera, MPMG:  
258 Carlos Valera, MPMG. Por força do artigo 9º, do ato 02023, da  
259 corregedoria geral do Ministério Público. Me abstenho. Presidente  
260 Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Obrigado, Doutor Carlos. Prefeitura de  
261 Uberlândia, Maria Clara Machado Alessi. Como vota, conselheira? Maria  
262 Clara Machado Alessi, Prefeitura de Uberlândia: Favorável. Presidente  
263 Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Obrigado, conselheira. FIEMG, Maria  
264 Eduarda Rodrigues, como vota? Maria Eduarda Rodrigues da Costa e  
265 Gonçalves, FIEMG: Gente, meu voto é favorável, contanto que depois  
266 votaremos pela aplicação da atenuante. Obrigada. Presidente Suplente  
267 Ilídio Lopes Mundim Filho: FAEMG, João Henrique Vieira como vota,  
268 conselheiro? João Henrique Vieira, FAEMG: Favorável. Presidente  
269 Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Ok. Bertoldino Apolonio Teixeira  
270 Júnior, Siamig, como vota? Bertholdino Apolonio Teixeira Júnior, Siamig:  
271 Favorável. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Obrigado,  
272 conselheiro. Abragel, José Eduardo Pessanha está ausente. Amed, Alan  
273 Guimarães Machado como vota? Alan Guimarães Machado, Amedi:  
274 Favorável. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Obrigado,  
275 conselheiro. Instituto Agronelli, Marizélia Gomes Costa, como vota?  
276 Marizélia Gomes Costa, Instituto Agronelli: Favorável. Presidente Suplente  
277 Ilídio Lopes Mundim Filho: Obrigado, conselheira. Universidade Estadual  
278 de Minas Gerais, Antônio Carlos Marangoni como vota, conselheiro?  
279 Antônio Carlos Marangoni, UEMG: Favorável. Presidente Suplente Ilídio  
280 Lopes Mundim Filho: Obrigado, conselheiro. IFTM, Mauro das Graças  
281 Mendonça como vota, conselheiro? Mauro das Graças Mendonça, IFTM:  
282 Favorável. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Obrigado. OAB  
283 de Minas Gerais, ausente. Retornando os que faltaram. Seinfra, Carlos  
284 Vieira Alvarenga. Não, desculpe. Epamig, Hélio Evaldo da Silva, como vota?  
285 Conselheiro Hélio Evaldo da Silva, Epamig, como vota, por gentileza?  
286 Encontra se ausente, o conselheiro. Então, temos aqui o parecer da  
287 SUPRAM, foi tido como favorável. Um minuto. Vou pedir aqui, o apoio do  
288 nosso colega Francisco. Nós vamos precisar de votar. A atenuante que foi



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO**  
**Transcrição da 159ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de maio de 2023**

289 proposta pela ilustre conselheira. Um minuto, por gentileza, senhores  
290 conselheiros, demais participantes, aqueles que nos acompanham para  
291 que possamos fazer um pequeno ajuste. Tudo ajustado aqui. Agradeço. O  
292 empenho do nosso colega. Vamos então, da forma como foi proposta pela  
293 conselheira Maria Clara. Desculpe, Maria Eduarda. Nós vamos fazer a  
294 votação da atenuante. Seapa, José Roberto Silva como vota, conselheiro?  
295 José Roberto Silva, da SEAPA: É, conforme relatório de vista da  
296 representante da FIEMIG e o reforço dela aí é presencial na tela e o voto  
297 favorável aqui na atenuante. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim  
298 Filho: Obrigado, conselheiro. Sede, Charles Rodrigues Campos, como vota,  
299 conselheiro? Charles Rodrigues Campos, Sede: Charles Campos,  
300 favorável a atenuante. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: SEE,  
301 Meire Aparecida Godoy Gomide como vota, conselheira? Meire Aparecida  
302 Godoy Gomide, SEE: Vou continuar me abstendo, porque para seguir o  
303 voto anterior. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Ok,  
304 conselheira, obrigado. Seinfra, Carla Vieira Alvarenga, como vota? Carla  
305 Vieira Alvarenga, Seinfra: Eu volto ao contrário. Não sou favorável.  
306 Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Ok, obrigado conselheira.  
307 Epamig, Hélio Evaldo da Silva como vota, conselheiro? Hélio Evaldo da  
308 Silva, Epamig: Favorável. IMA, Rugislaine Dias Alves de Zoppa, como vota  
309 conselheira? Rugislaine Dias Alves de Zoppa, IMA: Contrário. Presidente  
310 Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Obrigado, conselheira. A Polícia Militar  
311 de Minas Gerais, tal qual informado anteriormente, é impedida de votar na  
312 presente questão, também conta que é a autoridade que lavrou o auto de  
313 infração. CREA Daniel Fernandes Loureiro como vota, o conselheiro?  
314 Desculpe, fale um pouco alto, senhor, poderia repetir? Daniel Fernandes  
315 Loureiro, CREA/MG: Conforme apresentado pela conselheira Maria  
316 Eduarda, eu voto favorável. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho:  
317 Ministério Público de Minas Gerais, Doutor Carlos Alberto Valera. Carlos  
318 Alberto Valera, MPMG: Carlos Valério MPMG pelas mesmas razões,  
319 abstenção. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Prefeitura de  
320 Uberlândia, Maria Clara Machado. Com vota conselheira? Maria Clara



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO**  
**Transcrição da 159ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de maio de 2023**

321 Machado Alessi, Prefeitura de Uberlândia: Favorável. Presidente Suplente  
322 Ilídio Lopes Mundim Filho: Obrigado. FIEMG, Maria Eduarda Rodrigues,  
323 como vota, conselheira? Maria Eduarda Rodrigues da Costa e Gonçalves,  
324 FIEMG: Nós termos o meu parecer, meu voto é favorável pela aplicação  
325 da atenuante. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Obrigado.  
326 João Henrique Vieira como vota, conselheiro? João Henrique Vieira da  
327 Silva, FAEMG: Acompanho o parecer da FIEMG, favorável. Presidente  
328 Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Ok, obrigado. Abragel, não, desculpe.  
329 Siamig, Bertholdino Apolonio Teixeira Júnior, como volta conselheiro?  
330 Bertholdino Apolonio Teixeira Júnior, Siamig: Favorável, acompanhando o  
331 parecer da FIEMG. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho:  
332 Obrigado, Bertholdino. Abragel, José Eduardo Pessanha está ausente.  
333 Amedi, Alan Guimarães Machado como volta, conselheiro? Alan  
334 Guimarães Machado, Amedi: Contrário. Presidente Suplente Ilídio Lopes  
335 Mundim Filho: Obrigado, conselheiro. Instituto Agronelli, Marizélia Gomes  
336 Costa como volta a conselheira? Marizélia Goes Costa, Instituto Agronelli:  
337 Favorável. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Obrigado.  
338 Universidade Estadual de Minas Gerais, Antônio Carlos Marangoni como  
339 vota conselheiro? Antônio Carlos Marangoni, UEMG: Favorável.  
340 Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Obrigado. IFTM, Mauro  
341 das Graças Mendonça como volta, conselheiro? Mauro das Graças  
342 Mendonça, IFTM: Favorável Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim  
343 Filho: Obrigado. OAB Minas Gerais ausente. Então, nesse sentido. Temos  
344 que aplicação da atenuante proposta pela conselheira Maria Eduarda, foi  
345 aprovada. Sendo que então, será feito da forma como decidido por esse  
346 conselho, nessa assentada. Bom, passaremos agora a leitura integral da  
347 pauta, para que possamos, então, decidir deliberar sobre os demais  
348 processos. Item 6.2. Charles Rodrigues Campos, Sede: Desculpa, seu  
349 presidente Charles, sede, eu queria declarar impedimento no item, deixe  
350 eu achar aqui. Item 6.5. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Da  
351 sede, não é? Charles Rodrigues Campos, Sede: Isso, Charles da Sede.  
352 Impedimento no item 6.5, pois são funcionários da Companhia Energética



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO**

**Transcrição da 159ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de maio de 2023**

de Minas Gerais. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Ok, conselheiro. O seu impedimento já está registrado aqui, será repassado na hora da votação, ok? Charles Rodrigues Campos, Sede: Obrigado. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Bom, prosseguindo então. Processo administrativo para exame de recurso de auto de infração, item 6.2. Considerando que o item 6.1 já foi apreciado, tendo enquanto era retorno de vistas. Item **6.2 ÁLVARO JOSÉ SANCHES EXERCER ATIVIDADE SEM LICENÇA AMBIENTAL, CAUSAR POLUIÇÃO AMBIENTAL PELO LANÇAMENTO DE DEJETOS DE SUÍNOS E CHOROU DE COMPOSTEIRA SOBRE O SOLO. PRESIDENTE OLEGÁRIO, MINAS GERAIS. PROCESSO ADMINISTRATIVO CAPI, Nº 667283/19. AUTO DE INFRAÇÃO, NÚMERO 190810/2019.** Apresentação, SUPRAM, Triângulo Mineiro. Algum destaque por parte dos conselheiros em relação a este item 6.2? Charles Rodrigues Campos, Sede: Charles Campos, sede, destaque. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Mais algum conselheiro? Esclarecemos que nesse item, nós temos um escrito de forma independente. Prosseguindo então, item 6.3 da pauta. Lembrando que, neste item 6.3, tendo em conta que, a Polícia Militar de Minas Gerais foi a autoridade responsável pela lavratura do auto, é referido órgão se encontra impedido de votar. **6.3 JAIRO NILTON DIAS PROVOCAR INCÊNDIO EM FLORESTAS E DEMAIS FORMAS DE VEGETAÇÃO. PROVOCAR INCÊNDIO EM FLORESTAS E DEMAIS FORMAS DE VEGETAÇÃO. IBA, MINAS GERAIS PROCESSO EXTRATIVO CAP, Nº 734777/21, AUTO DE INFRAÇÃO Nº 282609/2021. APRESENTAÇÃO SUPRAM, TRIÂNGULO MINEIRO.** Consulto aos prezados conselheiros algum destaque relativamente a este item. Sem destaques. Passemos então o item 6.4 da nossa pauta. **6.4 MUNICÍPIO DE MATUTINA, DESVIAR TOTALMENTE CURSO DE ÁGUA SEM A DEVIDA OUTORGA. MATUTINA, MINAS GERAIS. PROCESSO ADMINISTRATIVO CAP Nº 752184/2022 AUTO DE INFRAÇÃO Nº 294614/2022. APRESENTAÇÃO SUPRAM TRIÂNGULO MINEIRO.** Lembrando que nesse item também a Polícia Militar de Minas Gerais é



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO**  
**Transcrição da 159ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de maio de 2023**

385 impedida de votar, tendo em conta que é a autoridade que lavrou o auto de  
386 infração ora sob juros. Pergunto aos prezados conselheiros, algum  
387 destaque para este item? Sem destaques, sem escritos. Passamos ao  
388 item 6.5 de nossa pauta. Companhia energética de Minas. Desculpe. **6.5**  
389 **COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS. PROVOCAR**  
390 **INCÊNDIO EM ÁREA COMUM, PROVOCAR INCÊNDIO EM ÁREA DE**  
391 **PRESERVAÇÃO PERMANENTE. UBERLÂNDIA, EM MINAS GERAIS.**  
392 **PROCESSO ADMINISTRATIVO, CAP Nº 68682201/19. AUTO DE**  
393 **INFRAÇÃO Nº 60916/2019. APRESENTAÇÃO SUPRAM TRIÂNGULO**  
394 **MINEIRO.** Lembrando que também neste item, tendo em conta que foi a  
395 autoridade competente para lavratura do auto, a Polícia Militar de Minas  
396 Gerais está impedida de votar tal qual, o conselheiro Charles da sede.  
397 Tendo em conta que presta serviço para a referida companhia. Após essas  
398 informações, eu indago aos conselheiros, algum destaque? Sem  
399 destaques, lembrando que nesse item nós temos escritos independentes.  
400 Prosseguindo. Item **6.6, BARTIRA AGROPECUÁRIA SOCIEDADE**  
401 **ANÔNIMA. DESENVOLVER ATIVIDADE DE BOVINOCULTURA EM**  
402 **ÁREA DE RESERVA LEGAL, DIFICULTANDO A REGENERAÇÃO**  
403 **NATURAL DA VEGETAÇÃO NATIVA. DESENVOLVER ATIVIDADES DE**  
404 **BOVINOCULTURA EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE,**  
405 **DIFICULTANDO A REGENERAÇÃO NATURAL DA VEGETAÇÃO**  
406 **NATIVA. CANÁPOLIS, MINAS GERAIS. PROCESSO ADMINISTRATIVO**  
407 **CAP Nº 572099/18, AUTO DE INFRAÇÃO NÚMERO 90738/2018.**  
408 **APRESENTAÇÃO SUPRAM, TRIÂNGULO MINEIRO.** Sem impedimentos  
409 para o Presente item. Consulta aos demais conselheiros. Algum destaque  
410 acerca deste processo? João Henrique Vieira Guimarães, FAEMG:  
411 Presidente, sindicato FAEMG. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim  
412 Filho: Conselheiro, por favor, seu nome. João Henrique Vieira Guimarães,  
413 FAEMG: João Henrique, FAEMG. Presidente Suplente Ilídio Lopes  
414 Mundim Filho: Obrigado, conselheiro. Lembrando que neste item, nós  
415 também temos escritos independentes. Item 6.7, MATHIAS IOHANNES  
416 **HENRIQUES MICHELS. DESRESPEITAR PENALIDADE DE**





**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO**

**Transcrição da 159ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de maio de 2023**

**SUSPENSÃO DAS CAPTAÇÕES DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº126000793/2018. UBERLÂNDIA, MINAS GERAIS. PROCESSO ADMINISTRATIVO, CAP Nº683940/19. AUTO DE INFRAÇÃO Nº 126561/2019. APRESENTAÇÃO SUPREMA TRIÂNGULO MINEIRO.** Consulto, aos prezados conselheiros, lembrando que não há impedimentos nesse processo, se há algum destaque. Carlos Alberto Valera, MPMG: Senhor presidente, Carlos Valéria, MPMG. Eu declaro o meu impedimento, porque a defesa nesse processo foi apresentada pelo escritório que tem minha filha como sócia. Obrigado. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Obrigado, pela manifestação, Doutor Carlos, seu impedimento declarado está registrado será informado. Nesse sentido, prosseguindo, algum conselheiro tem algum destaque em relação a este item? Sem destaques, impedimento anotado e registrado. Lembrando que neste item também temos escritos independentes, não podendo ser apreciada em bloco. Prosseguido com a nossa pauta. Item **6.8, MATHIAS IOHANNES HENRIQUES MICHELS. DERESPEITAR A PENALIDADE DE SUSPENSÃO DAS CAPTAÇÕES DO AUTO INFRAÇÃO Nº126789/2018. UBERLÂNDIA, MINAS GERAIS. PROCESSO ADMINISTRATIVO, CAP Nº 683939/19 AUTO DE INFRAÇÃO Nº 126561 DE 2019. APRESENTAÇÃO SUPRAM TRIÂNGULO MINEIRO.** Indago aos presentes conselheiros em primeiro lugar, se há algum impedimento. Carlos Alberto Valera, MPMG: Senhor presidente, Carlos Valera, MPMG. Pelas mesmas razões, declaro meu impedimento. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Obrigado, Doutor Carlos, registrado. Indago aos demais conselheiros, se há algum destaque em relação a esse processo. Sem escritos, impedimento anotado. Prosseguindo, item **6.9 EMPRESA BRASILEIRA DE BEBIDAS E ALIMENTOS SOCIEDADE ANÔNIMA. CAUSARAM INTERVENÇÃO QUE PREJUDIQUE OU POSSA PREJUDICAR A SAÚDE E O BEM-ESTAR DA POPULAÇÃO, CARACTERIZADA PELA GERAÇÃO DE RUÍDOS EM NÍVEIS ACIMA DO LIMITE DO LIMITE MÁXIMO ESTABELECIDO PELA RESOLUÇÃO CONAMA Nº 1/1990 MEDIDOS EM UM PONTO DE MONITORAMENTO**



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO**

**Transcrição da 159ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de maio de 2023**

449 **PONTO 4, CONFORME DOCUMENTOS** (trecho incompreensível) Nº R  
450 **0007755 DE 2019 DE 18/01/2019 ARAGUARI, MINAS GERAIS.**  
451 **PROCESSO ADMINISTRATIVO, CAP Nº 672270/19. AUTO DE**  
452 **INFRAÇÃO Nº1206966/19. APRESENTAÇÃO SUPER TRIÂNGULO**  
453 **MINEIRO.** Inicialmente indago aos prezados conselheiros, algum  
454 impedimento por parte de vossas senhorias neste processo? Sem  
455 impedimentos. Indago aos presentes conselheiros, algum destaque acerca  
456 do presente item? Bertholdino Apolonio Teixeira Jr., Siamig: Presidente, a  
457 Siamig pede vista nesse processo. Maria Eduarda Rodrigues da Costa e  
458 Gonçalves, FIEMG: Presidente, Maria Eduarda, FIEMG. Eu quero  
459 acompanhar o pedido de vista. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim  
460 Filho: Ok, vista conjunta então, para Siamig e para FIEMG, anotado. Por  
461 gentileza, eu gostaria que os conselheiros se justificassem acerca do  
462 pedido de vista, para registro. Bertholdino Apolonio Teixeira Jr., Siamig:  
463 Presidente, eu quero entender melhor a questão técnica alegada no auto  
464 de infração. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Obrigado,  
465 Bertholdino. Maria Eduarda Rodrigues da Costa e Gonçalves, FIEMG: Eu  
466 acompanho a justificativa apresentada pelo Bertholdino, como nós não  
467 temos acesso aos autos, ao processo completo. Eu gostaria de entender  
468 melhor. Obrigada. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Ok,  
469 agradeço as manifestações, tendo sido registradas. Tendo em conta o  
470 pedido de vista, referido item não será apreciado. Item **6.10 USINA BELTA,**  
471 **SOCIEDADE ANÔNIMA, UNIDADE VOLTA GRANDE. CAUSAR**  
472 **POLUIÇÃO PELO LANÇAMENTO DE VINHAÇA E ÁGUAS RESIDUAIS**  
473 **DO IMPOSTO DE ÁGUA, OCASIONANDO A MORTE DE PEIXES.**  
474 **DESCUMPRIR DETERMINAÇÃO NORMATIVA COPAM 164 DE 2011 E**  
475 **O DESCUMPRIMENTO DO PLANO DE APLICAÇÃO DE VINHAÇA E**  
476 **ÁGUAS RESIDUAIS. CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS, MINAS GERAIS.**  
477 **PROCESSO ADMINISTRATIVO, CAP Nº 647737/19. AUTO INFRAÇÃO**  
478 **Nº 104904 DE 2018. APRESENTAÇÃO, SUPRAM TRIÂNGULO**  
479 **MINEIRO.** Registrando que a Polícia Militar de Minas Gerais está impedida  
480 de votar no presente processo tendo em conta que foi o órgão ambiental



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO**  
**Transcrição da 159ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de maio de 2023**

481 responsável pela lavratura do mesmo. Indago se mais algum conselheiro  
482 tem algum impedimento acerca do presente item. Sem impedimentos.  
483 Indago aos prezados conselheiros se há algum destaque em relação a  
484 este item. Bertholdino Apolonio Teixeira Jr., Siamig: Presidente, a Siamig  
485 pede vista no processo. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho:  
486 Senhor Bertholdino, justificativa. Bertholdino Apolonio Teixeira Jr., Siamig:  
487 É a mesma justificativa anterior. Eu tecnicamente, eu estou com dúvida em  
488 algumas questões, eu quero analisar melhor o processo. Presidente  
489 Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Ok, perfeito, registrado, conselheiro.  
490 Mais algum conselheiro gostaria de pedir vista conjunta? Maria Eduarda  
491 Rodrigues da Costa e Gonçalves, FIEMG: Maria Eduarda, Fiemg. Também  
492 peço vista em conjunto pelas mesmas razões, já justificadas pelo  
493 conselheiro, obrigado. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Ok,  
494 obrigado conselheira. João Henrique Vieira da Silva, FAEMG: João  
495 Henrique, FAEMG. Acompanho os dois colegas no pedido de vista e pelas  
496 mesmas razões. Daniel Fernandes Loureiro, CREA/MG: Daniel Loureiro,  
497 CREA. Acompanho também, os colegas para pedido de vista. Presidente  
498 Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Ok, vistas registradas. Desta feita,  
499 conselheiros fazendo uma pequena retificação, o item 6.8 também tem  
500 escritos independentes. Também não poderá ser votada em bloco. Então,  
501 nessa assentada nos restaram para votar em bloco, os itens 6.3 e 6.4  
502 apenas. Então, vamos organizar aqui, pedir auxílio do nosso colega que  
503 gentilmente nos apoia sempre. Nosso colega servidor Francisco, para que  
504 ele nos auxilia aqui na votação por somente dos itens 6.3 e 6.4.  
505 Agradecido colega, sempre muito ágil aqui no nosso auxílio. Então,  
506 prezados conselheiros, iniciaremos a votação em bloco dos itens 6.3 e 6.4  
507 da nossa pauta de hoje, 12 de maio de 2023? Seapa, José Roberto Silva,  
508 como volta, conselheiro? José Roberto Silva, Seapa: Favorável.  
509 Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Obrigado, conselheiro.  
510 Sede, Charles Rodrigues Campos. Com o vota, conselheiro? SEE, Meire  
511 Aparecida Godoy Gomide. Como volta, conselheiro? Meire Aparecida  
512 Godoy Gomide, SEE: Favorável. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO**

**Transcrição da 159ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de maio de 2023**

513 Filho: Obrigado, conselheira. Seinfra, Carla Vieira Alvarenga como vota,  
514 conselheiro? Carla Vieira Alvarenga, Seinfra: Favorável. Presidente  
515 Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Epamig, Hélio Evaldo da Silva como  
516 vota, conselheiro? Hélio Evaldo da Silva, Epamig: Favorável. Presidente  
517 Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Obrigado, conselheiro. IMA,  
518 Rugislaine Dias Alves de Zoppa como vota, conselheira? Rugislaine Dias  
519 Alves de Zoppa, IMA: Favorável. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim  
520 Filho: Obrigado. Lembrando que a Polícia Militar é impedida de votar  
521 nesses itens, tendo em conta que foi a autoridade que lavrou o auto de  
522 infração, fica declarado o impedimento da mesma. CREA Minas Gerais  
523 Daniel Fernandes Loureiro, como vota, conselheiro? Daniel Fernandes  
524 Loureiro, CREA/MG: **Incompreensível**. Presidente Suplente Ilídio Lopes  
525 Mundim Filho: Obrigado, conselheiro. Prefeitura de Uberlândia, Maria  
526 Clara Machado. Como vota, Maria Clara? Maria Clara Machado Alessi,  
527 Prefeitura de Uberlândia: Favorável. Presidente Suplente Ilídio Lopes  
528 Mundim Filho: Obrigado, conselheira. FIEMG, Maria Eduarda Rodrigues,  
529 como vota, conselheira? Maria Eduarda Rodrigues da Costa e Gonçalves,  
530 FIEMG: Favorável. FAEMG, João Henrique Vieira. João Henrique Vieira da  
531 Silva, FAEMG: Favorável. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho:  
532 Obrigado, conselheiro. Siamig, Bertholdino Apolonio Teixeira Júnior. Como  
533 vota, conselheiro? Bertholdino Apolonio Teixeira Jr., Siamig: Favorável.  
534 Abragel está ausente. Amedi, Alan Guimarães Machado como vota,  
535 conselheiro? Alan Guimarães Machado, Amedi: Favorável. Presidente  
536 Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Ok, obrigado, conselheiro. Instituto  
537 Agronelli, Marizélia Gomes da Costa. Como vota, conselheira? Marizélia  
538 Gomes da Costa, Instituto Agronelli: Favorável. Presidente Suplente Ilídio  
539 Lopes Mundim Filho: Ok, obrigado. Universidade Estadual de Minas Gerais,  
540 Antônio Carlos Marangoni. Como vota, conselheiro? Antônio Carlos  
541 Marangoni, UEMG: Favorável, Universidade do Estado de Minas. Ok? Não  
542 é estadual, é do estado de Minas Gerais. Presidente Suplente Ilídio Lopes  
543 Mundim Filho: Desculpa, desculpa o lapso, conselheiro. IFTM, Mauro das  
544 Graças Mendonça. Como vota, conselheiro? Mauro das Graças Mendonça,



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO**  
**Transcrição da 159ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de maio de 2023**

545 IFTM: Favorável. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: OAB  
546 Minas Gerais, ausente. Temos então que foi. Carlos Alberto Valera, MPMG:  
547 Senhor, presidente. O senhor não colheu meu voto. Presidente Suplente  
548 Ilídio Lopes Mundim Filho: Doutor Carlos, me perdoa. Ministério público de  
549 Minas Gerais Carlos Alberto Valera. Como vota, conselheiro? Carlos  
550 Alberto Valera, MPMG: Na forma do artigo 9º do ato 02 2023, declaro a  
551 minha abstenção. Obrigado, presidente. Presidente Suplente Ilídio Lopes  
552 Mundim Filho: Ok. Chales Rodrigues Campos, Sede: Presidente, o meu,  
553 Charles, Sede. O meu também. Eu comecei a falar, estava mutado. Eu  
554 deixei continuar. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Pois não.  
555 Qual o voto? Conselheiro Charles, da Sede. Chales Rodrigues Campos,  
556 Sede: Eu sou favorável aos pareceres, mas queria fazer um comentário  
557 sobre o item 6.4. Analisando os itens em relação ao enquadramento, não  
558 resta dúvida que o enquadramento é grande pelos critérios que são  
559 utilizados. Porém, a gente entende como o empreendimento de porte  
560 grande, além do potencial poluidor, atividade econômica em tratar-se de  
561 uma prefeitura. Eu acredito que fica meio desproporcional, não tem como  
562 mudar porque é o que está na lei, mas é desproporcional uma prefeitura  
563 do tamanho dessa aqui em no caso de Matutina, recebeu uma multa que  
564 vai chegar em torno de um milhão de reais, independentemente de  
565 qualquer coisa, é só um comentário que na hora de fazer essa  
566 classificação, nós estamos considerando a prefeitura de Matutina como se  
567 fosse uma empresa de porte grande e tem uma atividade econômica que  
568 tem receita grande e nesse caso cometeu esse ato, não é está levando  
569 essa inflação nesse tamanho. Então é só um comentário, não tem mais  
570 nada além disso. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: O colega  
571 Victor, que é o coordenador do (trecho incompreensível) você tem a  
572 palavra. Victor, coordenador: Bom dia, esclarecendo o porte não é definido  
573 nas agendas, IGAM o porte é definido pelo regimento BM 07 se não me  
574 engano. Ela classifica desvio total de cursos de água, é custado portes  
575 grandes, então, portes grandes e desvios. Foi um empreendimento grande  
576 que empreende pequeno. Se for uma prefeitura grande, pequena, não é





**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO**  
**Transcrição da 159ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de maio de 2023**

577 pelo porte do empreendimento todas as infrações definidas pela IGAM só  
578 um porte, pequeno, médio e grande conforme portes de captações  
579 desanda DN. CRH do conselheiro de recursos hídricos 07. Lá fala que  
580 desvio total do curso de água é definido como parte grande. Interlocutor  
581 Não Identificado: “Se me permite, presidente, só complementando que o  
582 do Victor, não é, Victor? Concordo com você, eu não concordo com o  
583 como é feito nesse caso, entendeu? Concordo tanto que eu até votei  
584 favorável, não é? É só um comentário sobre essa desproporcionalidade,  
585 mas está perfeito. Victor, coordenador: É sim, para esclarecer. Porque aí  
586 foi definido pelo conselho de recursos hídricos. A gente só está seguindo o  
587 que eu concedi recursos hídricos, definiu. Faz parte educação. Interlocutor  
588 Não Identificado: “Então, reforçando então, aqui o presidente, se me  
589 permite, eu não estou discordando do parecer, votei favorável, estou  
590 discordando é da forma como é a aplicada essa inflação, nesse caso  
591 específico, e talvez um outro paralelo, que a gente possa ter. Mas é só  
592 isso. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Agradecemos as  
593 manifestações. Temos então, que foi aprovado os itens 6.3 e 6.4.  
594 Restando depois cumprido esses itens da nossa pauta, retornaremos  
595 então ao item **6.2 DE NOSSA PAUTA, ÁLVARO JOSÉ SANCHES. É**  
596 **EXERCER ATIVIDADES SEM LICENÇA AMBIENTAL, CAUSAR**  
597 **POLUIÇÃO AMBIENTAL PELO LANÇAMENTO DE 10 DIAS SUÍNOS E**  
598 **CHORUME DE COMPOSTEIRA SOBRE O SOLO. PRESIDENTE**  
599 **OLEGÁRIO, MINAS GERAIS. O PROCESSO ADMINISTRATIVO CAP Nº**  
600 **667283/19, AUTO DE INFRAÇÃO 19010 DE 2019. APRESENTAÇÃO**  
601 **SUPRAM TRIÂNGULO MINEIRO**. O conselheiro Charles fez um destaque  
602 nesse processo. O senhor tem a palavra? O senhor tem a palavra por 5  
603 minutos, conselheiro, a vontade. Chales Rodrigues Campos, Sede:  
604 Perfeito. Obrigado, sr. presidente é meu destaque, são mais dúvidas que  
605 eu tive no processo. Em relação ao primeiro, a tempestividade da  
606 renovação, porque o auto ele começa sobre a operação do  
607 empreendimento sem licença e o autuado alegou que o processo estava  
608 em processo de renovação. Então, não vi isso no processo. Qual que é a



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO**  
**Transcrição da 159ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de maio de 2023**

609 validade da licença e qual foi a data do pedido de renovação para saber se  
610 é tempestiva, caracterizando a renovação automática, Já que a licença  
611 vence em 2018 e o auto foi em 2019. E se eu estiver errado, por favor, me  
612 corrijam em qualquer uma dessas afirmações. E sobre a área é  
613 considerada por enquadramento, uma vez que a SUPRAM enquadrou  
614 como empreendimento classe 4 e o empreendedor alega que é classe 3  
615 devido a área. Lá está dizendo que são um auto de infração 2018 hectares  
616 e o auto está alegando que a área é de 863 hectares e o parecer da  
617 SUPRAM alega que falta comprovação dessa área aqui. E que a área do  
618 empreendimento, não tem comprovação da área do empreendimento e  
619 sim que foi usado como referência as matrículas dos imóveis. Aí vem uma  
620 pergunta, não é? Para caracterização da classe do empreendimento, a  
621 gente utiliza a área do imóvel ou a área efetiva da atividade? São esses  
622 meus destaques. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Ok,  
623 obrigado, conselheiro. Um minuto, por gentileza. Tendo em conta que há  
624 inscritos neste processo. Convidamos o senhor Álvaro José Santos que  
625 está inscrito para se manifestar no presente feito. Desculpe, doutora  
626 Regina Gonçalves Barbosa Caixeta. Caso queira se manifestar, a senhora  
627 tem a palavra, 5 minutos, obrigado. Regina Gonçalves Barbosa Caixeta:  
628 Obrigada. Bom dia, conselheiros. Bom dia, presidente. Em cinco minutos,  
629 eu vou e discorrer aqui sobre o processo, acredito que esclarece também,  
630 um pouco da dúvida do Charles. O recorrente percorreu um longo e árduo  
631 caminho, obtenção da renovação da licença de operação, tendo em vista  
632 que o empreendimento anteriormente tinha as atividades exercidas pelo  
633 seu falecido pai. Durante o período da licença anterior, possuía as mesmas  
634 atividades licenciadas atualmente por ocasião da renovação, tivemos  
635 mudanças de legislação, troca de titularidade e o empreendimento, com a  
636 entrada em vigor da aduendo 217, classe 3. Todas essas informações  
637 constam na documentação anexada à defesa, da qual não sabemos se os  
638 senhores têm acesso ou recebem apenas o parecer relativo ao recurso, já  
639 que no site da Semad documentos dessa pauta também estão sendo seus  
640 respectivos anexos. Certo é que naquela ocasião rebatendo informação



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO**  
**Transcrição da 159ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de maio de 2023**

641 errônea do fiscal, que em dado momento diz no áudio fiscalização que a  
642 área tem 2018 hectares e não se sabe de onde retirou essa informação.  
643 Vale olhar na página sete do recurso que o número 2018 é um número  
644 informado várias vezes, porque foi o ano de uma fiscalização anterior. Na  
645 fiscalização de 2018, inclusive, as áreas descritas não ultrapassam os mil  
646 hectares. Vejam também na página 8 do recurso, que assim considerou  
647 erroneamente o empreendimento como classe 4 e sobre ele lançou a  
648 pesada penalidade que lhe é imposta e agora julgado por voz, senhorias.  
649 Anexamos também na defesa, as informações relativas às áreas e  
650 atividades desenvolvidas lá nos tempos de seu falecido pai, por ocasião da  
651 fiscalização fob juntado na defesa, que já estava emitido, trazia a classe  
652 correta do empreendimento. A mesma apontada na defesa em ambas as  
653 peças, classe 3. Na defesa administrativa, o parecer exarado repete que já  
654 consta no áudio fiscalização mesmo estando com as documentações em  
655 anexo e se limita a dizer que o recorrente não fez prova de suas alegações.  
656 Agora em sede de recurso, mesmo trazendo a informação, demonstrando  
657 que desde aquela época de seu pai empreendimento é o mesmo as  
658 atividades, na classe correta, porque o fob inclusive já estava emitido no  
659 momento da fiscalização e agora já com a licença concedida, anexando  
660 inclusive o parecer do las rastas e diz que o parecer não pode ser aceito  
661 porque os argumentos do recorrente são em vista de uma licença emitida  
662 por algo declaração que deveria ser juntar das matrículas do imóvel para  
663 comprovar a área do empreendimento. Ora, senhor, juntar a matrícula não  
664 faz a menor diferença, porque a classe dos empreendimentos é por área  
665 útil, não por área total, e também porque elas seriam as mesmas  
666 informadas lá atrás, no FCE, no SLA, que gerou foto, que gerou a licença e  
667 seria dada a mesma interpretação que é o declaratório. Mais importante  
668 dizer é que o fato da licença ser um Las Raz, é por determinação legal,  
669 conforme o porte e potencial poluidor. Não é um empreendimento que  
670 escolhe a classe ou opta por fazer algo declaração. No caso do las, ousa  
671 dizer que algo declaratório, de simplificar tem muito pouco porque existe  
672 um RT e um processo complexo, com juntada de vários documentos. O



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO**  
**Transcrição da 159ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de maio de 2023**

673 equívoco, quanto a classe informada no auto de infração, de fiscalização  
674 não causa um prejuízo financeiro ao recorrente, pois na classe correta a  
675 penalidade é de 11250 fez, conforme destacamos na página nove dos  
676 recursos. Como são 2 infrações, totaliza 22500 ufez, que em reais o ano  
677 de 2023 daria aproximadamente 103 mil reais, mas da forma como é  
678 imposto totaliza 67000 fez, ou seja, 340 mil reais, uma diferença de 228 mil  
679 reais no auto de infração. Demonstrou-se por vários meses do  
680 empreendimento desde o dia da fiscalização é classe 3, porque o fob já  
681 tinha sido emitido a licença, e o estado emitiu a licença com os mesmos  
682 dados do FOB, e agora nega validade a própria licença. Senhores, com  
683 todo respeito aos analistas, que lavraram parecer nesses autos, mas o  
684 processo não pode ser aprovada, como foi apresentado nesta reunião, por  
685 violar o princípio da legalidade, a aplicar sanção por valor acima do  
686 indicado pela lei para o caso em tela. Assim, requer-se dos senhores que  
687 votem, contrário ao aparecer, por ser medida de justiça aplicável ao  
688 empreendedor e não veio apresentar recursos por negativa de autoria das  
689 infrações que lhes são imputadas, mas suplicando apenas pela correção  
690 quanto ao enquadramento do seu empreendimento como classe 3.  
691 Obrigado. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Obrigado,  
692 doutora. Agradecemos a manifestação. Passamos agora, só um minuto,  
693 por gentileza. Peço só um pouquinho de compreensão por parte dos  
694 conselheiros, daqueles que nos acompanham, dos colegas e da doutora  
695 que nós estamos só verificando uma questão técnica aqui e já  
696 retornaremos em seguida. Como o conselheiro Charles, está inscrito, não  
697 é conselheiro? O senhor gostaria de se manifestar já? Chales Rodrigues  
698 Campos, Sede: Gostaria. Então, não estamos discutindo, então, a  
699 tempestividade da renovação. Pois não faz parte da das imputações que  
700 estão sendo dadas ao empreendedor. A questão aqui é só o  
701 enquadramento. Então, eu gostaria de saber se tem como comprovar a  
702 área efetiva, a área útil para que ela se enquadre na classe 3, conforme  
703 descrito na las has, que é sim auto declaratório. Então, nesse momento, tá  
704 pedindo uma comprovação dessa área para que a gente possa concordar



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO**  
**Transcrição da 159ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de maio de 2023**

705 com um ou com outro. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho:  
706 Conselheiro, sua manifestação foi anotada e nós estamos aqui deliberando  
707 acerca do que foi pedido pela ilustre patrona do empreendedor que  
708 também se (trecho incompreensível) com o que o senhor se manifestou.  
709 Só um minuto, por gentileza. Tendo em conta a deliberação dos colegas,  
710 da equipe técnica e do núcleo de auto infração que nos auxiliam aqui na  
711 nossa reunião e os quais são responsáveis pela as questões técnicas do  
712 mérito das infrações. Nós temos a seguinte proposta: baixar o processo  
713 em diligência. Só um minuto, só um minuto. Inicialmente vou abrir a  
714 palavra a colega Francely, que é diretora de fiscalização aqui da nossa  
715 regional. Franceli, você tem a palavra. Franceli, SUPRAM TM: Bom dia a  
716 todos. Francely, da diretoria de fiscalização SUPRAM TM. Só respondendo  
717 o primeiro questionamento que o conselheiro Charles fez, acredito que a  
718 própria Regina, na fala dela já é resolveu essa questão quando ele  
719 pergunta se não estava em renovação automática, não é? No auto de  
720 fiscalização, fala que o processo que a licença que ele tinha anteriormente  
721 era válida até dezembro de 2018. Essa fiscalização foi em 2019. Que ele  
722 não tinha formalizado. E acho que a fala da Regina é corrobora com isso,  
723 quando ela fala que não está questionando a respeito de ter ou não  
724 licença que realmente ele não tinha aqui, que está sendo questionado é só  
725 questão do porte ou classe. O que é isso aí que a gente está avaliando,  
726 certo? Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Agradecemos a  
727 manifestação da colega Franceli. Pedimos só um pouco mais de paciência  
728 dos prezados conselheiros e demais pessoas que nos acompanham, que  
729 nós estamos deliberando aqui acerca de uma questão técnica e do que foi  
730 levantado pela doutora Regina. Um minuto, por gentileza. Prezados  
731 conselheiros, tendo em conta que foi trazido pela ilustre patrona do  
732 empreendedor, nós vamos, restou por bem decidido, baixarmos o  
733 processo em diligência. Para que sejam feitas algumas averiguações  
734 acerca do que foi alegado e também em relação às considerações feitas  
735 pelo conselheiro Charles. Ok? Então, item 6.2, baixado em diligência. Ok?  
736 Nesse sentido e prosseguindo então, com a nossa reunião, nós passamos





**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO**

**Transcrição da 159ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de maio de 2023**

então, a análise do item **6.5 COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS. PROVOCAR INCÊNDIO EM ÁREA COMUM, PROVOCAR INCÊNDIO EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE. UBERLÂNDIA, MINAS GERAIS. PROCESSO ADMINISTRATIVO, CAP nº 682201/19, AUTO DE INFRAÇÃO Nº 60916 DE 2019. APRESENTAÇÃO SUPRAM TRIÂNGULO MINEIRO.** Lembrando, de início que a Polícia Militar de Minas Gerais, ela é impedida de apreciar o presente feito, tendo em conta que foi ela a autoridade competente que lavrou o auto de infração. Conselheiro Charles também declarou o seu impedimento deste processo, ficando ficando também impedido de apreciar, tendo em conta que é servidor ou funcionário desta companhia. Alguém, nós temos escritos independentes, mas eu consulto se algum conselheiro tem destaque ou que ou quer falar alguma coisa acerca do presente processo. A doutora Daniela Beatriz Martins de Oliveira, que encontra-se escrita para falar acerca do item 6.5. Doutora Daniela se encontra na sala? Daniela Beatriz Martins de Oliveira: Bom dia a todos. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Pois não, doutora? Já havemos. Daniela Beatriz Martins de Oliveira: Bom dia. Vocês me ouvem? Bom dia. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Ok. Pode continuar. Claro, tem a palavra por 5 minutos. Daniela Beatriz Martins de Oliveira: Obrigada. Bom dia a todos os conselheiros, cumprimento a todos na pessoa do presidente da sessão, senhor Ilídio Lopes. Eu agradeço a palavra. Sustento hoje as razões do recurso administrativo interposto pela Cemig, contra uma decisão que manteve a multa que lhe foi aplicada por uma razão de incêndio supostamente iniciado por um curto-circuito na rede elétrica, de responsabilidade da companhia. Qual teria consumido aí, 61 hectares em área comum e 1,6 hectares de área de preservação permanente. No recurso, em que pese a Cemig é sustenta que, em que pese a recorrente possui rede no local do referido auto de infração, nada contribuiu para o dano alegado. No presente recurso também ressalta que a referida infração pode decorrer, inclusive, de ação de terceira pessoa, que não possui qualquer relação com a Cemig. Ademais, grande parte da



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO**  
**Transcrição da 159ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de maio de 2023**

769 área não se caracteriza como área de vegetação nativa, mas como áreas  
770 de passagens de utilização antrópica consolidada, conforme laudo  
771 acostado nos autos que restou demonstrado aí que a área com vegetação  
772 nativa atingida corresponde à cerca de 14,16 hectares. E não a 61  
773 hectares, sendo que tal constatação não deve ser desprezada pelo órgão  
774 julgador. Ligado a luz do exposto, restou demonstrada a ausência de dolo  
775 ou de culpa por parte da Cemig, bem como do nexo de causalidade entre  
776 o suposto dano apurado e uma conduta de sua autoria, fato que deve levar  
777 a exclusão de todas as penalidades aplicadas por meio do presente auto  
778 de infração. Por essa razão, a reforma da decisão faça a ausência da  
779 responsabilidade do dano ocorrido à medida que se impõe o recurso,  
780 citamos, inclusive, jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça que  
781 reconhece que não é possível utilizar a mesma lógica da responsabilidade  
782 civil por dano ambiental no caso de aplicação de multa administrativas. Ele  
783 se deve obedecer a sistemática da teoria da culpabilidade, ou seja, a  
784 conduta deve ser cometida pelo alegado transgressor, com demonstração  
785 no seu elemento subjetivo, bem como do nexo causal entre a conduta e o  
786 dano. Por essas razões, é Cemig, requer que seja afastada a penalidade  
787 imposta no presente auto de infração, sendo reconhecido o presente  
788 recurso. Porém, caso este conselho não entender pelo cancelamento do  
789 auto de infração e da penalidade imposta, a multa aplicada inicialmente  
790 não pode prevalecer, conforme demonstrado em recurso, a Cemig não é  
791 reincidente neste tipo de infração, bem como deve-se considerar a conduta  
792 diligente da mesma, que ao saber do ocorrido, prontamente,  
793 espontaneamente, deslocou seus técnicos para realizar reparos, manobras  
794 para eliminar o risco a terceiros e restabelecer o fornecimento de energia a  
795 todos seus clientes. Bem como atuou em conjunto com o corpo de  
796 bombeiros. Então, a rápida e dirigente reação então, da recorrente frente  
797 ao ocorrido, demonstre sua boa fé. Também há de se considerar a  
798 ausência de danos ao meio ambiente, à saúde e segurança e ao bem-  
799 estar da população, de forma que atrai a incidência do artigo 85, inciso  
800 primeiro, do decreto estadual 47383 de 2018. Assim, sendo mantido a



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO**  
**Transcrição da 159ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de maio de 2023**

801 aplicação da penalidade é de se esperar, no mínimo, a redução da multa  
802 ao patamar mínimo previsto no código 314A do Decreto 47.383 de 2018.  
803 Cujas penas são de 175 a 300, o Fênix por hectare ou por fração, assim, por  
804 qualquer ângulo, é necessária a redução da penalidade imposta pelo  
805 órgão ambiental, concluindo, a Cemig que requer que sejam afastadas as  
806 penalidades pelo conhecimento seja reconhecida a inexistência do ato  
807 infracional, mas, caso não entendam, requer a redução da multa aplicada  
808 inicialmente. Obrigada a todos. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim  
809 Filho: Obrigado, doutora Daniela. Agradecemos a sua manifestação e foi  
810 devidamente registrada. Só um minuto, por gentileza, prezados  
811 conselheiros. Acerca da manifestação da doutora Daniela. Em resposta à  
812 mesma, colega Victor, coordenador do Núcleo de Infração do Triângulo  
813 Mineiro, vai se manifestar, Victor, você tem a palavra. Victor Martins,  
814 SUPRAM TM: Conforme relatado pelo boletim de ocorrência sobre o  
815 incêndio. Não há nenhuma comprovação de que a área tenha sido menor  
816 e nem em área comum nem passagens também. Não foi em 60 hectares  
817 de área comum. Não há nenhum laudo comprovativo e vários, estratégico  
818 que não houve esse incêndio e que a área menor. Com relação a  
819 incidência isso é aplicada tendo em vista a lei dos autos de infração  
820 119766/2019. O que fez em cada definições dessa infração. Então, a  
821 atenuante também não vislumbra nenhuma ligação com a atenuante, nem  
822 disse que não houve nenhuma reparação de danos imediato. Presidente  
823 Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Agradecemos a manifestação do  
824 colega Victor. Conselheira Maria Eduarda a senhora levantou a mão. A  
825 senhora tem a palavra? São cinco minutos. Maria Eduarda Rodrigues da  
826 Costa e Gonçalves, FIEMG: Obrigada, presidente. Tá bom, não vou fazer  
827 uso do tempo completo, não. Pelas ligações, a doutora Daniela, eu  
828 gostaria de sugerir da mesma forma que foi feito no item 6.1, que seja  
829 votado pelo provimento em provimento do recurso. Nos termos do parecer  
830 da SUPRAM e depois seja votada a atenuante. A que diz respeito sobre as  
831 medidas adotadas pelo infrator na correção dos danos. Tendo em vista a  
832 redução de 30%, a redução de 30%. Então, se nós pudéssemos votar da



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO**  
**Transcrição da 159ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de maio de 2023**

833 mesma maneira. Eu sugiro que seja feito. Presidente Suplente Ilídio Lopes  
834 Mundim Filho: Em relação as indagações feitas tanto pela doutora Daniela  
835 como pela conselheira, Maria Eduarda. Passo a palavra à Superintendente  
836 Regional do Triângulo Mineiro, Camila Alves, que vai se manifestar acerca  
837 do tema. Doutora Camila, a senhora tem a palavra. Camila Alves,  
838 SUPRAM TM: Ei, bom dia, senhores conselheiros. Atenta que a discussão.  
839 Maria Clara é um ponto que a gente precisa ter bastante cuidado, porque  
840 para aplicar essa atenuante tem que ser comprovado que qualquer  
841 autuado executou de forma imediata a reparação. A gente está falando de  
842 uma área de incêndio. E em que, inclusive, procuradora está questionando  
843 o tamanho da área, então como é que a gente fala que houve uma  
844 reparação imediata na área da autuação? Então, para poder estabelecer,  
845 incluir essa atenuante não é só a alegação. Não, isso não consta a na  
846 defesa. Nos documentos acostados na defesa não consta esse  
847 cumprimento de atenuante, no recurso. Então, assim não dá para gente  
848 em todos os processos estabelecer essa alegação e pedir para incluir.  
849 Para incluir precisa estar a comprovado e a gente não identificou isso.  
850 Então, eu me posicionei contrário a ser estabelecida essa atenuante,  
851 inclusive em votação posterior, porque senão a gente vai ter que parar  
852 todos os itens e para poder estabelecer essa atenuante e depois voltar ao  
853 parecer, pô, que diferença, sabe? Então, assim, a gente precisa avaliar,  
854 olha, a gente está falando então de uma área de incêndio. Então, uma  
855 medida de recuperação imediata de uma área em que foi tido incêndio,  
856 tipo, tecnicamente não comprovou, não falou nada, Maria Eduarda. Então,  
857 assim, tem que ter um pouquinho de cautela. Se a gente tivesse percebido  
858 e quando vocês alegam aqui isso não quer dizer que aqui não, às vezes  
859 não possa haver lapso nosso, a gente para e vai olhar, ó, espera aí, vamos,  
860 vamos ver. E de fato, nesse caso, está um pouco e naquele anterior que  
861 vocês aplicaram atenuantes. Não consta na defesa e no recurso nenhuma  
862 medida que comprovou que, de forma imediata o autuado foi lá e resolveu  
863 ou remediou ou melhorou, não consta. Então isso fica tudo na  
864 responsabilidade de vocês. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho:



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO**  
**Transcrição da 159ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de maio de 2023**

865 Agradecemos o pronunciamento da doutora Camila, que foi devidamente  
866 registrado. Doutor Carlos Valera levantou a mão. Tem alguma colaboração  
867 a fazer ou manifestação? O senhor tem a palavra por 5 minutos. Carlos  
868 Alberto Valera, MPMG: Carlos Valera, MPMG. Só reforçar a fala da nossa  
869 superintendente Camila. Pessoal, somos um conselho que tem que aplicar  
870 o princípio da legalidade. Então, nós temos um decreto que é o 47383  
871 2018, que lista as infrações e lista as atenuantes e as agravantes. E olhe  
872 só que interessante, com todo respeito, Maria Eduarda. A Cemig está  
873 negando o nexo de causalidade. E como é que ela disse que prontamente  
874 agiu para impedir o dano. É só um ponto, então seja, me parece que é  
875 uma contradição, com todo o respeito a doutora Daniela. Então, assim  
876 como disse a Camila, nós temos que ter muita cautela, muita cautela,  
877 porque aqui ressaltados interesses, todos legítimos. Os poderes  
878 econômicos, das entidades. Enfim, mas nós aqui agimos como servidores  
879 públicos. Nós temos que atentar para o princípio da legalidade, então  
880 vejam bem se não há um pedido na defesa de atenuante. Se não há  
881 comprovação de que a empresa agiu prontamente para mitigar e reparar  
882 os danos, nós não podemos, com o devido respeito, em que pese o  
883 brilhante trabalho dos advogados e dos técnicos, conceder o benefício,  
884 que é indevido. Porque aí nós trazemos também a meu viso, um  
885 desequilíbrio, porque aí, nós passamos a agir não como julgadores  
886 administrativos, mas como entidades benevolentes. Então aqui eu acredito  
887 que deve aplicar aqui. Eu acredito que não deve aplicar. Então, só fazer  
888 essa ponderação, porque se não, em vez de nós estarmos trazendo um  
889 benefício para essas pessoas, nós estamos trazendo uma dificuldade  
890 porque todos sabem que ao fim ao cabo, esses autos são encaminhados  
891 para o Ministério Público. E em chegando no Ministério Público, ele  
892 identificando que houve a aplicação de uma atenuante indevida, o coitado  
893 lá do autuado, além do funcionamento administrativo, ainda vai ser  
894 submetido a uma eventual ação judicial. Então assim, é a exemplo da  
895 Camila, eu queria, é com todo o respeito e respeitando a independência de  
896 cada conselheiro e cada conselheiro pedir atenção para esse ponto. E





**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO**  
**Transcrição da 159ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de maio de 2023**

897 ressalvando já que eu infelizmente tenho que me abster nessas votações.  
898 Muito obrigado a todos. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho:  
899 Obrigado, doutor Carlos, agradecemos a participação no esclarecimento  
900 colocado. Um minuto que o nosso colega Victor Otávio, coordenador do  
901 Núcleo de Inflação, irá se manifestar novamente acerca do tema. Victor,  
902 você tem a palavra? Victor Martins, SUPRAM TM: Bom dia a todos,  
903 novamente. Nós ficamos melhor a questão da reincidência. Realmente não  
904 houve, não houve definitividade nesse auto. Esse auto estava o auto para  
905 o agente autuante da polícia, usou como para ficar incidência talton  
906 119766. Ele está pendente ainda de análise de defesa, que não é nossa  
907 unidade processa esses autos. Quem lavrou foi uma organização especial  
908 e está na nas rotas de auditar assembléia em Belo Horizonte, onde está  
909 pendente de análise ainda. Nós vamos reduzir o valor da multa simples, da  
910 infração um. Que é aplicada dentro de 91500 para 500 vezes a área.  
911 Então,  $500 \times 61$ . Então, pra reduzir a infração dá 30500. E a infração 2,  
912 para 1400. Porque não houve a publicação da influência. Então tem que  
913 ser aplicado o valor mínimo vezes a quantidade de área que foi atingida. A  
914 infração foi atingida, 61 hectares e modificado por 500 utentes. Validade  
915 de 1500 ou tem? infração 2. E após 314. Reais, pedaços são permanentes.  
916 Né? As pessoas permanente. Table Cadu é valor de 700 por hectare. Bom,  
917 foi 1.6 se arredonda para 2 hectares, então 700 então 1490. Presidente  
918 Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Agradecemos a manifestação do  
919 colega Victor. Indago se mais algum conselheiro gostaria de fazer, algum  
920 pronunciamento a respeito? Não. Passaremos então a apreciação do  
921 processo, lembrando que o parecer que vai ser apreciado já com o  
922 reconhecimento da não incidência por parte do empreendedor. Certo? E  
923 depois vai ser feito a devida correção nos termos da revisão que foi feita  
924 agora há pouco, ante a revisão dos termos do processo que foi verificado.  
925 Então, votaremos, então. O item 6.5. Chales Rodrigues Campos, Sede:  
926 Senhor presidente, apesar do impedimento, eu só vou falar sobre o  
927 parecer da SUPRAM, já consta a não reincidência. No parecer já consta,  
928 então, o que o Victor falou agora já consta no parecer. Presidente Suplente



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO**  
**Transcrição da 159ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de maio de 2023**

929 Ilídio Lopes Mundim Filho: Só um minuto, por favor, Charles. É verdade,  
930 conselheiro, obrigado por chamar a atenção para esse pequeno detalhe.  
931 Então voltando para seu parecer, você estava sendo votado, já é um  
932 parecer ao reconhecimento da não ocorrência da não incidência. Ok? Que  
933 já está descrita no parecer. Então, passemos a votação do item 6.5,  
934 desculpe. O conselheiro Seapa, José Roberto Silva, como vota? José  
935 Roberto Silva, Seapa: Favorável ao deferimento parcial. Presidente  
936 Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Obrigado, conselheiro. Sede, Charles  
937 Rodrigues Campos ausente. Desculpe, está impedido. SEE, Meire  
938 Aparecida Godoy Gomide. Como vota, conselheira? Meire Aparecida  
939 Godoy Gomide, SEE: Favorável. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim  
940 Filho: Obrigado, conselheira. Seinfra, Carla Vieira Alvarenga. Como vota,  
941 conselheira? Carla Vieira Alvarenga, Seinfra: Favorável. Presidente  
942 Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Obrigado, conselheira. Epamig, Hélio  
943 Evaldo da Silva. Como vota, conselheiro? Hélio Evaldo Silva, Epamig:  
944 Favorável. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Obrigado. IMA,  
945 Rugislaine Dias Alves de Zoppa. Como vota, conselheira? Rugislaine Dias  
946 Alves de Zoppa, IMA: Favorável. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim  
947 Filho: A Polícia Militar de Minas Gerais é impedida de votar o presente feito,  
948 tendo em conta que foi a entidade ambiental que lavrou o auto de infração.  
949 Crea Minas Gerais, Daniel Fernandes Loureiro. Como vota, Daniel? Daniel  
950 Fernandes Loureiro, CREA/MG: Favorável. Presidente Suplente Ilídio  
951 Lopes Mundim Filho: Obrigado, Daniel. Ministério Público de Minas Gerais,  
952 doutor Carlos Alberto Valera, justifique sua abstenção. Por gentileza,  
953 doutor Carlos. Carlos Alberto Valera, MPMG: Carlos Valera, MPMG. Pelas  
954 razões anteriores, ou seja, artigo 9º do ato 4022023, impedimento,  
955 abstenção. Desculpe, abstenção. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim  
956 Filho: Obrigado, doutor Carlos. Prefeitura de Uberlândia, Maria Clara  
957 Machado. Como vota, conselheira? Maria Clara Machado Alessi, Prefeitura  
958 de Uberlândia: Favorável. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho:  
959 Obrigado. FIEMG, Maria Eduarda. Como vota, conselheira? Maria Eduarda  
960 Rodrigues da Costa e Gonçalves, FIEMG: Maria Eduarda, favorável.



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO**  
**Transcrição da 159ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de maio de 2023**

961 Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Obrigado, conselheira.  
962 FAEMG, João Henrique. Como vota, conselheiro? João Henrique Vieira da  
963 Silva, FAEMG: Favorável. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho:  
964 Obrigado, conselheiro. Siamig, Bertholdino. Como vota, conselheiro?  
965 Bertholdino Apolonio Teixeira Jr., Siamig: Favorável. Obrigado, Bertholdino.  
966 Abragel, está ausente. Amedi, Alan Guimarães Machado. Como vota,  
967 conselheiro? Retornaremos no conselheiro. Instituto Agronelli, Marizélia  
968 Gomes Costa. Como vota, conselheira? Marizélia Gomes da Costa,  
969 Instituto Agronelli: Marizélia, Instituto Agronelli, favorável. Presidente  
970 Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Obrigado. Universidade do Estado de  
971 Minas Gerais, Antônio Carlos Marangoni. Como vota, conselheiro? Antônio  
972 Carlos Marangoni, UEMG: UEMG, Carlos Marangoni, favorável. Presidente  
973 Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Obrigado, conselheiro. IFTM, Mauro  
974 das Graças Mendonça. Como vota, conselheiro? Mauro das Graças  
975 Mendonça, IFTM: Favorável. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim  
976 Filho: Obrigado, conselheiro. OAB MG, ausente. Retornaremos então, aqui  
977 ao conselheiro da Amedi, Alan Guimarães Machado como vota,  
978 conselheiro? Conselheiro Alan da Amedi, ausente. Alan Guimarães  
979 Machado, Amedi: Voto favorável. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim  
980 Filho: Desculpe retornado então, conselheiro Alan. Presente, votando  
981 favorável. Temos então, que foi definido os termos do parecer trazido a  
982 observação pelas o SUPRAM Triângulo Mineiro. Concluído, então, o item  
983 **6.5 DE NOSSA PAUTA. PASSAMOS AGORA AO EXAME DO ITEM 6.6**  
984 **MARTIR AGROPECUÁRIA SOCIEDADE ANÔNIMA. DESENVOLVER**  
985 **ATIVIDADE DE BOVINOCULTURA EM ÁREA DE RESERVA LEGAL,**  
986 **DIFICULTANDO A REGENERAÇÃO NATURAL DA VEGETAÇÃO**  
987 **NATIVA. DESENVOLVER ATIVIDADE DE BONÉ DE BOVINOCULTURA**  
988 **EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, DIFICULTANDO A**  
989 **REGENERAÇÃO NATURAL DA VEGETAÇÃO NATIVA. CANÁPOLIS,**  
990 **MINAS GERAIS. PROCESSO ADMINISTRATIVO, CAP, NÚMERO**  
991 **572099/18. AUTO DE INFRAÇÃO NÚMERO 90738 DE 2018. A**  
992 **APRESENTAÇÃO SUPRAM TRIÂNGULO MINEIRO.** Temos um



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO**  
**Transcrição da 159ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de maio de 2023**

993 destaque da FAEMG. Conselheiro, o senhor tem a palavra por 5 minutos.  
994 João Henrique Vieira da Silva, FAEMG: Bom dia. Obrigado, presidente. Eu  
995 gostaria só de um esclarecimento do Victor, se lê na defesa, não é? Nós  
996 verificamos que muitas das argumentações são pautadas em situações  
997 ambientais da propriedade. Se existe junto com a impugnação pretérito ou  
998 nesse recurso, algum laudo situacional técnico demonstrando a situação  
999 ambiental da propriedade e as razões expostas no recurso. Presidente  
1000 Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Ok, obrigado, conselheiro.  
1001 Agradecemos a manifestação. Mais algum conselheiro gostaria de fazer  
1002 alguma colocação? Com a palavra, então o nosso colega Victor. Só um  
1003 minuto, por gentileza. Temos um inscrito independente. Nós acreditamos  
1004 que seja um advogado, Doutor Thiago Victor Chaves Passos, está  
1005 presente na sala. Thiago Victor Chaves Passos: Bom dia, sim. Presidente  
1006 Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Doutor, você tem a palavra por 5  
1007 minutos. Thiago Victor Chaves Passos: Obrigado. Bom dia, presidente. Os  
1008 conselheiros. Contextualizando, aqui a gente apresenta as razões do  
1009 recurso interposto em face da batida no auto de infração 90738 de 2018,  
1010 no qual imputou ao empreendedor, os tipos infracionais de desenvolver  
1011 atividades que dificultam ou impeçam a regeneração natural de florestas e  
1012 demais formas de vegetação, tanto em app quanto em reserva legal. Bom,  
1013 é contextualizando na leitura do parecer, a gente já percebe que foi  
1014 sanado um vício ali do momento de apreciação da defesa, que foi  
1015 justamente o afastar a reincidência que foi aplicada justamente por não ser  
1016 incidente no caso em específico. Então, foi acertada a sugestão, de afastar  
1017 a reincidência, mas infelizmente ainda restar alguns pontos que não foram  
1018 considerados desde a apresentação da defesa, quanto na apresentação  
1019 do recurso. Especificamente até acompanhando o entendimento da  
1020 FAEMG, o questionamento foram apresentados ali dentro do dos autos,  
1021 tanto o relatório situacional, quando citado também a questão do parecer  
1022 na época do licenciamento, de apreciação do licenciamento, que  
1023 demonstra assim, a situação da fazenda em específico. Voltando para os  
1024 tipos infracionais, a gente tem ali a imputação de tipos que tem como



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO**  
**Transcrição da 159ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de maio de 2023**

1025 verbo mesmo desenvolver atividade de bovinocultura, dificultando a  
1026 regeneração natural da vegetação. Porém, é foram juntados aos autos o  
1027 laudo situacional e demonstrando aí que não há desenvolvimento de  
1028 atividades. Voltando ao verbo, não tem desenvolvimento de atividades em  
1029 app ou reserva legal. Toda a execução da atividade ela é feita em área de  
1030 pastagem. E nesse sentido, tal laudo técnico juntado desde a defesa,  
1031 demonstrado que a eventual escassez de alimento ou algo sede ou algo  
1032 do motivo, assim, o de ter a passagem do gado para qualquer outra área,  
1033 o que não ocorreu. Isso pode sequer ser considerado, já que o  
1034 empreendedor ele realiza o manejo adequado da atividade, o que  
1035 impossibilita a degradação da vegetação. Demonstrado novamente, repito,  
1036 no laudo que foi juntado aos autos desde a defesa. Então, qualquer  
1037 situação pontual ou eventual, de acesso do gado, app ou reserva legal,  
1038 isso está sendo tratado no âmbito do licenciamento como o impacto  
1039 previsto já na época que foi apreciado a licença ambiental concedida ao  
1040 empreendedor. E dentro do que foi posto no parecer e espelhado na  
1041 licença, a gente tem ali as medidas de mitigação do autor do programa de  
1042 conservação da flora. É o que afastaria ali essa possível entrada dos  
1043 animais nas áreas de app ou reserva legal. Toda situação avaliada durante  
1044 o licenciamento mesmo. Além disso, conforme comprovado nos autos, o  
1045 próprio parecer do licenciamento, ele demonstrou que as áreas protegidas  
1046 são preservadas e possuem, inclusive o ganho ambiental. Então,  
1047 analisando a atividade desde o início da partida no local, houve foi, na  
1048 verdade, o ganho ambiental. As áreas, elas estão preservadas no de  
1049 reserva legal, quanto app e a gente percebe ali que teve o ganho  
1050 ambiental, o que já afasta também o fato de dificultar a regeneração  
1051 natural da vegetação. Isso não ocorreu e não ocorre porque a atividade ela  
1052 é realizada e com as medidas mitigadoras ali para qualquer questão dos  
1053 animais que são criados e também para para a preservação das áreas  
1054 ambientalmente protegidas. Diante disso, a gente solicita desconstituição  
1055 do auto de infração e consequente arquivamento do processo  
1056 administrativo. Obrigado. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho:





**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO**  
**Transcrição da 159ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de maio de 2023**

1057 Agradecemos a manifestação do doutor Tiago, que foi devidamente  
1058 registrada e será observada. Em relação ao que foi trazido, nós pedimos o  
1059 apoio do nosso colega Anderson Sena, que vai se manifestar acerca do  
1060 tema. Colega Anderson, você tem a palavra para fazer as observações  
1061 que entender necessárias. Anderson Sena, SUPRAM TM: Bom dia a todos.  
1062 A gente teve na propriedade, como descrito no auto fiscalização. E apesar  
1063 de ter pastagem disponível, o gado, ele invade, sim as áreas de reserva  
1064 permanentes. Bom, foi constatado no auto de fiscalização. Vestígios  
1065 animais, assim identificamos animais nessa APPP. Nós temos um vídeo,  
1066 acho que foi até apresentado esse vídeo já. De animais, muitos animais  
1067 saindo de dentro da vereda. Um lama, até o jarred na região do joelho do  
1068 boi. Então, o animal, ele era dentro. A gente, se não tiver a cerca, boi entra  
1069 para a reserva e entra nas app. Isso aí é, sabido de todo mundo. E essa  
1070 propriedade trocou de proprietário, trocou de dono. Estive lá até um mês  
1071 atrás, mais ou menos. E hoje desenvolve outra atividade na pecuária, mas  
1072 ainda constatei que não foi cercado, nada continuas. Hoje não precisa  
1073 mais, tudo bem, mas até encerramento das atividades da bovinocultura  
1074 não tinha sido isolado nenhuma área lá. Nas que eu percorri, pelo menos.  
1075 São 16 mil hectares, não é? Nas que eu percorri, continuava tudo sem  
1076 isolamento, até o encerramento das atividades de bovinocultura. Só isso.  
1077 Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Ok, agradecemos ao  
1078 colega Anderson pelas oportunas contribuições. Alguém mais dos  
1079 conselheiros gostaria de se manifestar. Interlocutor Não Identificado: “É  
1080 presidente, posso fazer um questionamento ao Anderson? Presidente  
1081 Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Pois não, conselheiro, à vontade.  
1082 Interlocutor Não Identificado: “Se ele consegue falar ou traduzir, se o gado  
1083 que se encontrava na PP. Se tratava de uma alguma PP, consolidada ou  
1084 não ou não tem como precisar? Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim  
1085 Filho: Solicitando o auxílio do colega Anderson. Passo-lhe a palavra.  
1086 Anderson Sena, SUPRAM TM: Anderson, SUPRAM Triângulo. Não, é  
1087 todos essas áreas relatadas no auto de fiscalização, são áreas de  
1088 vegetação nativa. Veredas e cerrado. Presidente Suplente Ilídio Lopes



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO**  
**Transcrição da 159ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de maio de 2023**

1089 Mundim Filho: Obrigado, Anderson, mais uma vez, pela colaboração.  
1090 Conselheiro, espero que tenha sido respondida a sua indagação. Indago,  
1091 se tem mais, aproveitando, pergunto se tem mais alguma manifestação  
1092 acerca dos conselheiros. Interlocutor Não Identificado: “Por mim, tudo ok.  
1093 Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Ok, obrigado, conselheiro,  
1094 e não havendo. Pessoal da equipe técnica, também sem mais nenhuma  
1095 manifestação. Passaremos então, para apreciação do tema propriamente  
1096 dito do parecer trazido. A baila pela SUPRAM Triângulo Mineiro. Em  
1097 votação, item 6.6, Bartira Agropecuária Sociedade Anônima, Seapa,  
1098 conselheiro José Roberto Silva, como vota? José Roberto Silva, Seapa:  
1099 Favorável. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Obrigado,  
1100 conselheiro. Sede, conselheiro Charles. Como vota, conselheiro? Chales  
1101 Rodrigues Campos, Sede: Charles Campos, favorável. Presidente  
1102 Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Obrigado, conselheiro. SEE,  
1103 conselheira Meire. Como vota, conselheira? Meire Aparecida Godoy  
1104 Gomide, SEE: Favorável. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho:  
1105 Obrigado, conselheira. Seinfra, conselheira Carla como vota, conselheira?  
1106 Carla Vieira Alvarenga, Seinfra: Favorável. Presidente Suplente Ilídio  
1107 Lopes Mundim Filho: Obrigado, conselheira. Epamig, Hélio, como vota,  
1108 conselheiro? Hélio Evaldo Silva, Epamig: Favorável. Presidente Suplente  
1109 Ilídio Lopes Mundim Filho: Obrigado, conselheiro. IMA, conselheira  
1110 Rugislane, como vota, conselheira? Rugislane Dias Alves de Zoppa, IMA:  
1111 Favorável. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Obrigado,  
1112 conselheira. Polícia Militar de Minas Gerais, Primeiro Tenente Cristiano  
1113 Correia Lemos. Como vota, conselheiro? Tendo em conta que nesse o  
1114 senhor não está impedido. Primeiro Tenente Cristiano Correia Lemos,  
1115 PMMG: Sim, favorável. CREA Minas Gerais, Daniel. Conselheiro Daniel,  
1116 como vota, conselheiro? Daniel Fernandes Loureiro, CREA/MG: Favorável.  
1117 Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Obrigado, conselheiro.  
1118 Ministério Público de Minas Gerais, doutor Carlos Alberto Valera. Como  
1119 vota, conselheiro? Carlos Alberto Valera, MPMG: Carlos Valera, MPMG.  
1120 Abstenção pelas razões anteriormente declinadas. Presidente Suplente



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO**  
**Transcrição da 159ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de maio de 2023**

1121 Ilídio Lopes Mundim Filho: Muito obrigado, doutor Carlos. Prefeitura de  
1122 Uberlândia, Maria Clara, como vota, conselheira? Maria Clara Machado  
1123 Alessi, Prefeitura de Uberlândia: Favorável. Presidente Suplente Ilídio  
1124 Lopes Mundim Filho: Obrigado, conselheira. FIEMG, conselheira Maria  
1125 Eduarda. Como vota, conselheira? Maria Eduarda Rodrigues da Costa e  
1126 Gonçalves, FIEMG: Favorável, Maria Eduarda. Presidente Suplente Ilídio  
1127 Lopes Mundim Filho: Obrigado, conselheira. FAEMG, conselheiro João  
1128 Henrique. Como vota, conselheiro? João Henrique Vieira da Silva, FAEMG:  
1129 Favorável. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Obrigado,  
1130 conselheiro. Siamig, Bertholdino. Como vota, conselheiro? Bertholdino  
1131 Apolonio Teixeira Jr., Siamig: Favorável. Presidente Suplente Ilídio Lopes  
1132 Mundim Filho: Obrigado, Bertholdino. Abragel, está ausente. Amedi, Alan  
1133 Guimarães Machado como vota, conselheiro? Alan Guimarães Machado,  
1134 Amedi: Favorável. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho:  
1135 Obrigado, conselheiro. Instituto Agronelli, Marizélia Gomes da Costa, como  
1136 vota, Marizélia? Marizélia Gomes da Costa, Instituto Agronelli: Marizélia,  
1137 Instituto Agronelli, favorável. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho:  
1138 Obrigado, conselheira. Universidade do Estado de Minas Gerais, Antônio  
1139 Carlos Marangoni, como vota conselheiro? IFTM, Mauro das Graças  
1140 Mendonça, como vota, conselheiro Mauro? Mauro das Graças Mendonça,  
1141 IFTM: Favorável. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Obrigado,  
1142 conselheiro. OAB Minas Gerais. Doutor Felipe Pimenta de Almeida, como  
1143 vota, doutor Felipe? Felipe Pimenta de Almeida, OAB/MG: Favorável.  
1144 Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Obrigado, Felipe.  
1145 Retornando, Universidade do Estado de Minas Gerais, Antônio Carlos  
1146 Marangoni. Como vota, conselheiro. Conselheiro Antônio Carlos  
1147 Marangoni, Universidade do Estado de Minas Gerais, ausente. Temos  
1148 então, que o parecer trazido à apreciação pela SUPRAM Triângulo Mineiro  
1149 foi deferido. Concluído então, a votação do item 6.6. Se passando adiante.  
1150 Item 6.7 de nossa pauta. **6.7 MATIAS IOHANNES HENRIQUE MICHELS.**  
1151 **DESRESPEITAR A PENALIDADE DE SUSPENSÃO DAS CAPTAÇÕES**  
1152 **DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 126793/2018. UBERLÂNDIA, MINAS**



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO**

**Transcrição da 159ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de maio de 2023**

1153 **GERAIS. PROCESSO ADMINISTRATIVO, CAP, NÚMERO 683940 19**  
1154 **AUTO DE INFRAÇÃO NÚMERO 126563/2019. APRESENTAÇÃO**  
1155 **SUPRAM TRIÂNGULO MINEIRO.** Registrando que, neste item, doutor  
1156 Carlos Alberto Valera já registrou seu impedimento pelas razões  
1157 anteriormente explicitadas, tendo em conta que a sua filha, participa da  
1158 sociedade de advogados que atuam na causa. Temos algum conselheiro  
1159 gostaria de se manifestar acerca do caso? Sem manifestações, passamos  
1160 então, a palavra ao Dr. Felipe Eduardo Pena, inscrito independentemente  
1161 no presente feito. Doutor Felipe se encontra na sala? Felipe Eduardo Pena:  
1162 Sim, presidente. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Obrigado,  
1163 Felipe. Você tem a palavra, por até 5 minutos. Interlocutor Não Identificado:  
1164 “Presidente, só uma questão de ordem, apesar de eu constar aí como  
1165 inscrito, juntamente com um colega advogado, Gabriel. Gostaria que ele  
1166 fizesse a explanação primeiro, do que ele elaborou em um material. Eu só  
1167 vou compartilhar. É um uns slides que ele me pediu que eu projetasse aqui,  
1168 mas eu passo a fala para ele, pode ser? Presidente Suplente Ilídio Lopes  
1169 Mundim Filho: Perfeito, doutor. Gabriel Luiz: Bom dia, senhores e senhoras  
1170 presentes cumprimentos, senhoras e senhores conselheiros dessa  
1171 unidade regional colegiada do conselho estadual de política ambiental.  
1172 Cumprimentando, o senhor presidente deste colegiado, me chamo Gabriel  
1173 Luiz, atuo como advogado na defesa dos interesses do senhor Matias,  
1174 figurou como autuado nos autos de infração 126561 e 126563,  
1175 correspondente aos itens 6.7 e 6.8 da pauta desta reunião. Eu peço, é a  
1176 vênha, senhor presidente, se possível, que eu possa fazer a sustentação  
1177 dos 2 é tópicos dos 2 itens em conjunto, porque a matéria é muito  
1178 semelhante e várias das questões que eu vou apresentar para um se  
1179 tornaram redundantes se eu fosse apresentar-se e, duas manifestações  
1180 separadas. Se fosse possível, me considero os 10 minutos corridos para  
1181 que eu possa manifestar sobre os dois, eu agradeceria. Presidente  
1182 Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Doutor, infelizmente não é possível  
1183 tendo em conta o regimento 247. Então, infelizmente, o senhor tem apenas  
1184 5 minutos para cada processo. Gabriel Luiz: Perfeito. Então eu vou



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO**  
**Transcrição da 159ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de maio de 2023**

1185 começar. Cumprimento novamente os presentes. O doutor Felipe tá  
1186 projetando slides. Senhores, antes de passar para o objeto da sustentação  
1187 propriamente dita, e tratar inadequada a dosimetria das penalidades de  
1188 multa simples aplicada nos autos de infração é em julgamento. Embora eu  
1189 esteja falando aqui especificamente 126561, será preciso inicialmente tecer  
1190 alguns comentários sobre acertada conclusão do parecer jurídico que  
1191 subsidiou a decisão deste conselho sobre inaplicabilidade da reincidência  
1192 em ambos os autos de infração era questionados. Nós sustentamos no  
1193 recurso administrativo que a incidência seria incabível, pois esse instituto  
1194 de uma geração sancionatória depende, nos termos do artigo 81, Decreto  
1195 47.383/2018 da verificação de penalidade anterior, tornada definitiva de  
1196 menos de 3 anos da nova autuação. Vale lembrar que antes da lavratura  
1197 dos autos de infração, era combatido, foram lavados dois outros autos de  
1198 infração. No caso agora que eu estou falando 126561, foi lavrado 126789  
1199 no ano de 2018 por operação e atividade de culturas anuais sem a devida  
1200 licença ambiental, e além da multa simples aplicada, foi aplicada também  
1201 uma pena de suspensão da atividade à época. Por isso posteriormente, no  
1202 ano de 2019 foi lavrada autuação, agora sob análise desse conselho, que  
1203 foi por desrespeitar a penalidade de suspensão da atividade do auto de  
1204 infração 126789. Diz que foram realizadas novas plantações, conforme  
1205 consta no auto de infração. Bem, eu até gostaria de fazer uma correção,  
1206 na pauta consta desrespeitar, captação, suspensão de captação, mas não  
1207 é. É atividade de culturas anuais. O código 107 do anexo 1, outro seria o  
1208 artigo 112. Enfim, nos parecemos jurídicos que subsidiaram estão nesse  
1209 conselho, tanto em relação auto de infração 126561, ponto 126563 era  
1210 tratado, no próximo, item (trecho incompreensível) entendeu pela  
1211 procedência do pedido de desconsideração da reincidência, visto que em  
1212 ambos os casos os autos de infração anteriormente lavrados, poderiam, ao  
1213 menos em tese, caracterizar reincidência genérica. Não se tornaram  
1214 definitivos nesses autos de infração anteriores. E o fato dele não se  
1215 tornarem definitivos se deu porque os dois autos de infração anteriores  
1216 foram questionados judicialmente. Ambos, consequência judicial que





**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO**  
**Transcrição da 159ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de maio de 2023**

1217 jogaram, onde foi julgado procedente a pretensão inicial anulatória, com a  
1218 respectiva nulidade de todos os atos posteriores ao não recebimento do  
1219 recurso administrativo para ausência de intimação do autuado para  
1220 recolhimento de taxa de expediente. Fato que, na visão do juízo, viola o  
1221 contraditório, a ampla defesa. Vale lembrar que, como são sentenças de  
1222 eficácia declaratória, os efeitos são imediatos. Então, a sentença, embora  
1223 uma delas ainda não tenha transitado e julgado, ela tem exequibilidade  
1224 completa e o recurso proposto pelo engano no caso não foi dotado de  
1225 efeito suspensivo. E em que pese o acerto de gestão ambiental em relação  
1226 à desconsideração da reincidência, que desde a requer o acolhimento para  
1227 este conselho, nós temos os pareceres únicos, ainda, remanescem alguns  
1228 vícios nos autos de infração, objeto da sustentação que precisam ser  
1229 analisados. Bem, é o visto aqui, meu refiro, senhoras e senhores, é são  
1230 relativos a inadequada dosimetria da pena base de multa simples, que o  
1231 agente fiscalizador fez constar no auto de infração 126561. No caso do  
1232 auto de infração, 126561 lavrado, em tese pelo descumprimento da  
1233 penalidade de suspensão imposta no auto de infração 126789 de 2018, o  
1234 agente fiscalizador fez constar que o impedimento seria pertencente ao  
1235 porte grande para fins de dosimetria da pena, então é aplicada a multa na  
1236 faixa mínima para infrações gravíssimas de 37750, claro, já  
1237 desconsiderada a reincidência. Ou seja, a penalidade constou, como se  
1238 fosse de porte grande à época porque o anexo 1, com uma tabela de  
1239 valores, ela constava o porte grande, não por classe. Foi feita alteração  
1240 posterior, mas a época não existia as classes. Mostramos na tabela de  
1241 valores. Entretanto, conselheiros, a atividade objeto da suspensão no auto  
1242 de infração lavrado em 2018, no anterior, cujo descumprimento deu ensejo  
1243 a nova autuação, por meio do auto de infração, era questionado, é  
1244 caracterizado como sendo de porte médio, tanto é assim que a penalidade  
1245 aplicada a conduta de operar atividade de culturas anuais sem a devida  
1246 licença ambiental foi de 11250 ufens, correspondente ao porte médio da  
1247 tabela de valores vigente à época. No seu patamar mínimo. Logo, se a  
1248 própria atividade no auto de infração anterior que trata da operação sem



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO**  
**Transcrição da 159ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de maio de 2023**

1249 licença, é caracterizada como porte médio, posso afirmar com segurança  
1250 que a nova autuação que trata dos cumprimento da suspensão dessa  
1251 mesmíssima atividade deve seguir a mesma sorte, ter o seu valor de base  
1252 da monta administrativas também é aplicado, com base na faixa média da  
1253 tabela de valores, não na faixa para o porte grande, como constou no auto  
1254 de inflação, que resultou na sanção de 33750. Presidente Suplente Ilídio  
1255 Lopes Mundim Filho: Só mais um minuto, Doutor. Só tem mais um minuto.  
1256 Gabriel Luiz: Tudo bem, bem, nos slides eu aponte, o auto de infração  
1257 anterior, que está na tela agora o 126789, constam corte médio, para a  
1258 infração e a multa aplicada em 11250. Fora a suspensão, foi a causa da  
1259 lavratura do novo de auto de infração. E se o Felipe puder demonstrar  
1260 também o parecer único no slide logo em seguida, consta que a atividade  
1261 de culturas anuais, que foi suspensa e que deu ensejo a autuação. Ela é  
1262 como classe 3, atualmente. Depois que saiu a licença ambiental. Mas,  
1263 entretanto, se nós olharmos o óbito de inflação, que agora está sendo  
1264 analisado para este conselho, Felipe, é o slide 4. Consta que no auto de  
1265 descumprimento de suspensão, constou como morte grande, causando  
1266 uma multa ali já ainda está com a reincidência, que foi considerada pelo  
1267 parecer jurídico, mas uma multa no patamar para porte grande. E não  
1268 porte médio e se nós formos para o slide 7, que é o slide da tabela de  
1269 valores vigente à época, consta que porte médio tem os patamares de  
1270 11250 à 33750. Logo, como a infração que está pela suspensão, por se  
1271 tratar da mesma atividade, tem que seguir a mesma sorte do auto de  
1272 infração anterior, entendemos que a aplicação da multa básica, tem que  
1273 ser feito com base na tabela do porte médio. Presidente Suplente Ilídio  
1274 Lopes Mundim Filho: Ok, doutor, muito obrigado. Se o senhor precisar de  
1275 mais um minuto, eu posso, sim, eu posso conceder para o senhor ou  
1276 colocar em votação. Gabriel Luiz: Eu acho que, para esse auto de infração  
1277 é o suficiente. Eu acho que a outra infração, a 126563, pode me tomar um  
1278 pouco mais de tempo, mas eu me organizo aqui. Presidente Suplente Ilídio  
1279 Lopes Mundim Filho: Ok, doutor. Muito obrigado pela sua manifestação,  
1280 anotada e será observada. Com a palavra agora, o diretor de regularização



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO**  
**Transcrição da 159ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de maio de 2023**

1281 ambiental da SUPRAM Triângulo Mineiro, Rodrigo Angeles Álvares.  
1282 Rodrigo, você tem a palavra. Rodrigo Angeles Álvares, SUPRAM TM: Bom  
1283 dia a todos. Bom dia, conselheiros. Eu gostaria só de responder a pessoa  
1284 que falou, o doutor Gabriel, que ele mesmo mostra no slide dele, a questão  
1285 do parecer único, que trata as atividades. Lembrando que o parecer, ele  
1286 traz todas as atividades exercidas pelo empreendimento, que são as  
1287 listadas aí no próprio slide do doutor Gabriel. E dentre elas, existe a  
1288 atividade de bovinocultura confinamento, que é classe 4. Então o auto de  
1289 infração é feito pela a classificação do empreendimento e não dá atividade.  
1290 A atividade de culturas anuais é classe 3, mas o empreendimento ele tem  
1291 atividade classe 4. Então, a classificação está correta. Interlocutor Não  
1292 Identificado: “É pela ordem, presidente, só para esclarecer, trazer aqui  
1293 para os conselheiros e para o Rodrigo também. Presidente Suplente Ilídio  
1294 Lopes Mundim Filho: Em complementação. Obrigado, Rodrigo, pela  
1295 manifestação devidamente registrada. Em complemento a manifestação  
1296 do colega Rodrigo, nós temos o Victor, coordenador do núcleo de autos de  
1297 infrações do Triangulo Mineiro. A título de maiores informações. Colega  
1298 Victor, senhor tem a palavra. Victor Martins, SUPRAM TM: Quando foi lá  
1299 do atuário 129. O decreto 46, parágrafo 83 trazia suas ações, indicações  
1300 do porte médio, grande ou pequeno ou interior. Depois da alteração em  
1301 2020, que veio classificar conforme classe. Classe 1,2,3,4,5,6. Não há  
1302 previsão legal para retroação dessa norma, para aplicação da norma nova  
1303 em fatos ocorridos anteriormente. Então, é por expressa previsão, por falta  
1304 de previsão legal, não se aplica essa retroatividade. Devido ao princípio do  
1305 tempos regis, nesse ato, que tempo (trecho incompreensível) que foi  
1306 lavrado naquela época, houvesse as infrações daquela época. As  
1307 penalidades, fossem ações daquela época. Presidente Suplente Ilídio  
1308 Lopes Mundim Filho: Obrigado. Agradecemos ao colega Victor pelas  
1309 informações trazidas. Repassamos a palavra, voltamos a palavra ao  
1310 colega Rodrigo, diretor de regularização ambiental do Triângulo Mineiro,  
1311 com mais algumas considerações acerca do tema. Com a palavra, Rodrigo.  
1312 Rodrigo Angeles Álvares, SUPRAM TM: Complementando as informações



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO**  
**Transcrição da 159ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de maio de 2023**

1313 do colega, Victor, a atividade confinamento regularizada para esse  
1314 empreendimento é a classificação dela, é de porte grande, 10 mil animais.  
1315 Então, ela é classificada como porte grande. Presidente Suplente Ilídio  
1316 Lopes Mundim Filho: Ok, obrigado, Rodrigo pelo esclarecimento. João  
1317 Henrique Vieira da Silva, FAEMG: Presidente, é João Henrique, FAEMG,  
1318 eu gostaria. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Nem pronto,  
1319 pronunciamentos. Levaremos vital parecer. No item 6.8. Para apreciação  
1320 um minuto, por gentileza. Conselheira Maria Eduarda levantou a mão,  
1321 conselheira, senhora até a palavra. Por 5 minutos. Maria Eduarda  
1322 Rodrigues da Costa e Gonçalves, FIEMG: Presidente, o João Henrique  
1323 também queria falar. Sr. João, vou só pegar seu lugar aqui, porque minha  
1324 dúvida, ela é muito rápida. É como a gente não tem acesso ao processo  
1325 completo. Eu só queria saber tanto, pode ser do empreendedor ou da  
1326 própria SUPRAM. Quando que foi protocolada, a defesa tá do auto de  
1327 infração. A data, por gentileza? Isso vai subsidiar meu voto. Presidente  
1328 Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Um minuto, por gentileza, conselheira,  
1329 estamos verificando. Maria Eduarda Rodrigues da Costa e Gonçalves,  
1330 FIEMG: Está bom, obrigada. Victor Martins, SUPRAM TM: Estou palavra  
1331 em 9 de dezembro, 2019. Mas é irrelevante protocolo de defesa, não é?  
1332 Como eu disse a multa foi lavrada, sob a égide do 47683, sem traços da  
1333 versão original, quando foi publicado. Depois, em 2020, janeiro 1020,  
1334 porque há um traço legislativa. Que não previu que sejam aplicadas aos  
1335 fatos anteriores essa nova alteração administrativa. Maria Eduarda  
1336 Rodrigues da Costa e Gonçalves, FIEMG: Me desculpa, Victor, eu não  
1337 entendi a data. Victor Martins, SUPRAM TM: 9 de dezembro de 2019.  
1338 Maria Eduarda Rodrigues da Costa e Gonçalves, FIEMG: Obrigada.  
1339 Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Agradecemos a  
1340 conselheira, agradecemos o colega Victor. Bom, acredito que agora, então.  
1341 Outros, pois não? João Henrique Vieira da Silva, FAEMG: Presidente,  
1342 João Henrique, FAEMG. Eu gostaria de fazer uma abordagem aqui que  
1343 para mim não ficou muito claro o esclarecimento por parte do  
1344 empreendedor quanto a classificação da bovinocultura. Gostaria de ouvi-lo



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO**  
**Transcrição da 159ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de maio de 2023**

1345 novamente com relação esclarecer esse enquadramento da atividade de  
1346 bovinocultura ou não. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho:  
1347 Conselheiro, a manifestação do empreendedor já foi feita na base do  
1348 advogado. E nós acreditamos que já concluiu o direito dele de se  
1349 manifestar, mas eu. Só um minuto, por gentileza, que eu vou verificar aqui.  
1350 Não, conselheiro, eu vou. Passamos então a palavra para os  
1351 representantes do empreendedor, para que possam esclarecer acerca da  
1352 dúvida do eminente conselheiro. Interlocutor Não Identificado: “Presidente  
1353 e demais conselheiros, bom dia a todos. Conselheiro João, a autuação  
1354 anterior, ela suspendeu a atividade de culturas anuais. E essa aqui objeto  
1355 dessa autuação agora de 2019, é um eventual descumprimento dessa  
1356 suspensão da cultura anuais. A atividade de bovinocultura, ela estava  
1357 regular, então ela não foi objeto da autuação. Por isso que a gente não  
1358 utiliza a classe 4. A gente utiliza o porte médio da culturas anuais. A gente  
1359 não pode utilizar para autuar ele descumprimento de suspensão o porte da  
1360 bovinocultura, sendo que ela não foi objeto de autuação ou que foi  
1361 autuado, foi descumprir suspensão de atividade de culturas anuais. Esse é  
1362 o esclarecimento, a gente não está falando em aplicação das alterações  
1363 do 47838, de 2020, não. É a aplicação correta que a gente pede do 47383  
1364 é porte médio. Foi isso que o Gabriel trouxe no slide e é este um  
1365 enquadramento que o fiscal deveria ter utilizado no momento da lavratura  
1366 do auto de infração. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho:  
1367 Agradecemos ao Dr. Felipe pelas esclarecimentos trazidos que serão  
1368 observados. Indago ao conselheiro João Henrique, se tem mais alguma  
1369 manifestação, se considera satisfeito com o que foi trazido? João Henrique  
1370 Vieira da Silva, FAEMG: Não, considero satisfeito. A minha dúvida é  
1371 realmente era essa, presidente. Se a atividade de bovinocultura estava  
1372 regular ou não. E o representante do empreendedor falando que estava  
1373 regular já. Isso para mim, que tinha ficado meio confuso, está saneado a  
1374 dúvida, mas muito obrigado. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim  
1375 Filho: Ok, agradecemos o conselheiro João. O Rodrigo diretor regional  
1376 regulamentação ambiental da SUPRAM TM não vai se manifestar mais.





**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO**  
**Transcrição da 159ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de maio de 2023**

1377 Acredita, então. Que agora podemos dar por encerrada a discussão e  
1378 passarmos a votação do item 6.7. Em votação. Charles levantou a mão.  
1379 Conselheiro, você tem a palavra. Chales Rodrigues Campos, Sede: Estou  
1380 presidente. Não, não agora fiquei com a dúvida. Agora eu não sei qual que  
1381 é o enquadramento correto. Eu acho que não pode seguir para votação  
1382 enquanto não houver esclarecimento por parte da SUPRAM. Se o  
1383 enquadramento ele é feito pela classe 4 bovinocultura ou pela classe 3  
1384 demais culturas. Eu fiquei na dúvida agora. Para não seguir para votação,  
1385 para abstenção, eu prefiro ter esclarecimento agora. Presidente Suplente  
1386 Ilídio Lopes Mundim Filho: Ok, conselheiro, um minuto que a área técnica  
1387 vai responder ao senhor. Só mais um minuto, por gentileza. Só mais um  
1388 pouquinho da paciência dos senhores conselheiros e demais participantes,  
1389 que nós estamos deliberando aqui sobre as questões levantadas com o  
1390 pessoal da área técnica. Eu vou só mais 1 minuto, por favor, senhores  
1391 conselheiros. Interlocutor Não Identificado: “Presidente, pela ordem.  
1392 Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Pois não, conselheiro.  
1393 Interlocutor Não Identificado: “É diante dessa divergência até no aspecto  
1394 legal quanto ao enquadramento, eu gostaria de pedir vista dos autos para  
1395 fazer um estudo mais detido sobre isso. Presidente Suplente Ilídio Lopes  
1396 Mundim Filho: Um minuto, conselheiro, por favor. Conselheiro, só um  
1397 minutinho, por favor. Interlocutor Não Identificado: “Ok, eu aguardo.  
1398 Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Prezados conselheiros,  
1399 tendo em conta então. Só um minuto, por gentileza. Camila, SUPRAM TM:  
1400 Conselheiros, nós avaliamos aqui e de fato a suspensão, porque a gente  
1401 teve que ir lá no outro, no primeiro auto de infração. A suspensão no  
1402 primeiro auto de infração suspende os novos plantios, o que significa que  
1403 as demais atividades não foram suspensas, inclusive porque a  
1404 bovinocultura não tinha ainda sido implementada. Então, a classificação da  
1405 autuação por desrespeito ao embargo tem que estar relacionada a  
1406 classificação lá das culturas anuais. Então, esse é o primeiro ponto, a  
1407 correção. E da mesma forma, com relação a outorga, que também que  
1408 seria no próximo auto que vai estar em discussão, que também tem que



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO**  
**Transcrição da 159ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de maio de 2023**

1409 fazer a readequação. A gente consegue fazer isso aqui um pouquinho de  
1410 calma, se vocês tiverem paciência. E não ter que é baixar o processo em  
1411 diligência para isso. E eu pergunto ao conselheiro da Seapa, se nesse  
1412 ponto a nossa explanação já resolve, ou ainda assim permanece o pedido  
1413 de vista. Rodrigo Angeles Álvares, SUPRAM TM: Conselheiro, o senhor  
1414 tem a palavra. José Roberto Silva, Seapa: Olha, mesmo com esse  
1415 esclarecimento, de ambas as partes, não deu para mim formar opinião  
1416 segura, então eu iria abster pelo voto. Agora se tem mais esclarecimento  
1417 ou vai ter à vista, como o conselheiro João Henrique pediu, eu até  
1418 concordaria dele ter pedido essa vista aí. João Henrique Vieira da Silva,  
1419 FAEMG: João Henrique, FAEMG. Tendo em consideração o  
1420 posicionamento da doutora Camila superintendente, para mim, está  
1421 satisfeita por pelos argumentos dela, aguardando então, por apenas o  
1422 posicionamento. Aí eu dispenso as vistas. Rodrigo Angeles Álvares,  
1423 SUPRAM TM: Presidente, Rodrigo, SUPRAM. Conselheiro da Seapa, foi  
1424 um engano da nossa superintendência, na hora que ela te mencionou. Na  
1425 verdade, era o conselheiro João Henrique que tinha pedido vistas, não é?  
1426 Então, só para esclarecer que realmente, a suspensão feita inicialmente,  
1427 foi somente da atividade de culturas anuais que não havia ainda o  
1428 arrendamento da atividade confinamento. Então, o descumprimento da  
1429 suspensão foi somente da atividade ora realizada. Então, a classificação  
1430 tem que ser revista mesmo. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho:  
1431 Obrigado, Rodrigo pela manifestação. Obrigado, doutora Camila, pelas  
1432 manifestações. Um minuto que o Victor vai se manifestar acerca do tema  
1433 de como ficou fechada a questão. Victor Martins, SUPRAM TM: Presidente,  
1434 então, pela ordem a gente vai e adequar o valor da multas simples,  
1435 considerando que não vai ser aplicado de incidência, certo. Já foi  
1436 analisado em que não há evidência. Tem-se daqui a situação judicial foi  
1437 interposta quando que determinou que eram classes anuais do produto do  
1438 processo antigo. Então, se tornou definitiva nos meses, 789. Na época,  
1439 hoje eu tô no definitivo, mas quando lavrados o auto, por desrespeitar a  
1440 suspensão, (trecho incompreensível). Então, ele não tornou definitivo



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO**  
**Transcrição da 159ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de maio de 2023**

1441 aplicar incidência nele. Se não aplicou o auto, valor iria para 33750, se  
1442 fosse no porte grande. Como o porte N, é da multa anterior, do 126789  
1443 que tinha sustenta as atividades de plantio de culturas anuais. O porte  
1444 médio dá um valor da multa simples, cairia para 11250. Esse seria o valor  
1445 da redução de 78300 utentes para 11250 utentes. Presidente Suplente  
1446 Ilídio Lopes Mundim Filho: Obrigado, Victor. Indago se algum conselheiro  
1447 gostaria de ter mais alguma informação? Se estão todos a contento com o  
1448 que foi trazido e com a modificação que foi proposta e acatada pela  
1449 SUPRAM. E para que então, ele não havendo, nós possamos levar o item  
1450 a julgamento. E não havendo mais manifestações, levaremos então, a  
1451 julgamento item 6.7 de nossa pauta, com as modificações trazidas pelo.  
1452 Só um minuto, por favor. Prezados conselheiros, nós vamos ter que fazer  
1453 uma pequena inversão na pauta aqui. Porque na verdade, o assunto que  
1454 foi tratado foi relativo ao item 6.8 e não ao item 6.7, os processos são  
1455 bastante similares, inclusive tem as mesmas partes e a situação jurídica  
1456 dos processos do que está sendo examinado, ao que parece, são  
1457 semelhantes e acredito que esse pequeno equívoco e essa inversão não  
1458 vai trazer prejuízo. Bom andamento e finalização da nossa reunião, porque  
1459 justamente por conta disso, são questões muito similares. Interlocutor Não  
1460 Identificado: “É, senhor presidente, pela ordem. Presidente, pela ordem,  
1461 está equivocado. O 61 é realmente, desrespeitar a suspensão da operação.  
1462 Outro, o próximo 63 é da captação e esse não foi tratado ainda. A pauta  
1463 está correta.

1464 Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Pois é. Então, o doutor não  
1465 entendeu. É porque as explicações que vieram, principalmente da parte  
1466 técnica, não foram feitas em relação ao item 6.7, mas sim levando em  
1467 consideração ao que foi trazido no item 6.8. Por isso que nós gostaríamos  
1468 de inverter, mas nós estamos verificando aqui e já para repassaremos.  
1469 Interlocutor Não Identificado: “Senhor presidente, pela ordem, só um  
1470 minuto. Se você verificar na pauta, na verdade, porque os dois estão com  
1471 um nome semelhante, só muda o auto de infração, quando na verdade são  
1472 infrações distintas, por suspensões distintas. Mas de fato, o senhor está



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO**  
**Transcrição da 159ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de maio de 2023**

1473    correto. O que nós nos referimos 126561 é o item 6.8. Trataremos em  
1474    seguida, caso vossa excelência entenda que não tem prejuízo do 126563,  
1475    que é o da outorga. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Ok,  
1476    doutor, agradeço a manifestação. Um minuto, por gentileza. Pessoal do  
1477    apoio, estamos verificando aqui, doutor, só um minuto. Só mais um minuto,  
1478    por gentileza, senhores conselheiros, que nós estamos apurando aqui o  
1479    que efetivamente houve. Prezados conselheiros, só mais um minutinho,  
1480    por gentileza. Prezados conselheiros, com a palavra o colega Victor, para  
1481    alguns esclarecimentos. Victor, você tem a palavra. Victor Martins,  
1482    SUPRAM TM: Com relação a infração do item 6.7, que foi multado pela  
1483    suspensão de captações, do auto de infração, 126793. Esse auto de  
1484    infração foi aplicada a uma infração de suspensão de uma tributação  
1485    apenas. Então, a gente retirando a reincidência, o auto não seria pelo  
1486    porte do empreendimento, como já dito anteriormente naquele auto.  
1487    Naquele processo, no nome do índice de matutino que a gente falou 6.4.  
1488    Porque (trecho incompreensível) 07, ela fala que é pelo porte de captação  
1489    e essa captação é considerada como um porte pequeno. A multa deveria  
1490    ter sido pelo porte pequeno. Infração gravíssimo do 225, por desrespeitar  
1491    uma suspensão. Então, o valor da multa de 362000 utentes, perdeu para  
1492    3586,80 utentes. Esse é nosso parecer final, nossa readequação.  
1493    Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Ok. Obrigado, Victor. Pela  
1494    manifestação e adequação de serão observadas. Dessa forma, indago se  
1495    os conselheiros se sentem confortáveis agora, depois trazidas essas  
1496    informações e as considerações e propostas adequação por parte do  
1497    Núcleo de Auto de Infração, se vocês se sentem confiantes para poder  
1498    votar, então o item 6.7? João Henrique Vieira da Silva, FAEMG: Presidente,  
1499    João Henrique, FAEMG. Considerando todo o ocorrido e o que também foi  
1500    apresentado a defesa e o que foi apresentado pela equipe técnica. Eu  
1501    gostaria também de propor, que seja fatiada essa votação. No sentido de  
1502    julgar primeiro a nulidade do auto, devido aos vícios que já foram  
1503    apresentados e foram constatados. Ok? Presidente Suplente Ilídio Lopes  
1504    Mundim Filho: Conselheiro, só um minuto, por gentileza. Conselheiro João,



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO**  
**Transcrição da 159ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de maio de 2023**

1505 a título de esclarecimento mais jurídico do que técnico, ao que parece, o  
1506 que nos foi informado aqui que, essa nulidade não é objeto de defesa e  
1507 nem de recursos, então nós não podemos infelizmente, inovar. Mesmo  
1508 sendo o conselho livre para deliberar sobre o que está em pauta. Nós não  
1509 podemos inovar e trazer um assunto que não foi sustentado em defesa e  
1510 recursos. Não informado: Pela ordem, senhor presidente, nós trazemos  
1511 sim no item b do recurso administrativo, a nulidade pela desclassificação  
1512 inadequada do porte. Camila, SUPRAM TM: Conselheiro e doutor Gabriel,  
1513 a gente falar da nulidade desse auto de infração, porque a gente está  
1514 realizando a correção, o que vai implicar nisso? Novas lavraturas de auto  
1515 de infração, porque nós temos o auto de fiscalização de que naquele  
1516 momento, houve-se desrespeito à suspensão. Então, eu acho que é uma  
1517 questão de que essa adequação, na verdade, ela já vem acompanhar as  
1518 alegações que vocês trouxeram. O fato de anular ela esses dois autos em  
1519 específicos, tão pautado, não vai mudar aí a possibilidade do poder de  
1520 polícia que tem os servidores aqui da SUPRAM de lavrar novamente.  
1521 Então, no nosso entendimento, a gente vai pela não nulidade desses autos.  
1522 Seguindo o processo dessa forma. Agora, claro que ficou confuso, a gente  
1523 acabou que está vendo isso aqui de última hora, a gente acabou que está  
1524 tendo que fazer essa correção, não parecer de forma oral. Se isso te trazer  
1525 algum desconforto para algum conselheiro, a gente baixa o processo em  
1526 diligência e faz os pareceres, de forma adequada. Caso contrário, se  
1527 vocês estão bem dessa forma, com que a gente e o Victor colocou, a  
1528 gente segue o processo e então, a gente nossa opinião e o que a gente  
1529 sugere é o não acatamento das nulidades. Está bom? Interlocutor Não  
1530 Identificado: “Camila, nós não nos opomos pelos motivos declinados por  
1531 você. Eu só gostaria de esclarecer, por que foi impedido mesmo?  
1532 Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: O senhor Bertholdino pediu  
1533 o uso da palavra. O senhor tem a palavra, o conselheiro.” Bertholdino  
1534 Apolonio Teixeira Jr., Siamig: Eu sugerir exatamente isso que a Camila  
1535 falou, eu acho que está muito confuso para votar e muito corrido, não é? E  
1536 principalmente, que nós estamos tratando de valores altos. A minha





**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO**  
**Transcrição da 159ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de maio de 2023**

1537 sugestão realmente era baixar esse processo em diligência pelo  
1538 presidente e a SUPRAM Triângulo esclarecer melhor nas próximas  
1539 votações na próxima reunião. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim  
1540 Filho: Ok, obrigado, conselheiro Bertholdino. João Henrique Vieira da Silva,  
1541 FAEMG: Presidente, João Henrique, FAEMG. Por mim, eu me dou  
1542 satisfeito pelos argumentos da Camila. E considerando também, que o  
1543 empreendedor não vê prejuízo nesse sentido. Pode desconsiderar meu  
1544 pedido de fatiar a votação. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho:  
1545 Conselheiro Charles, o senhor tem a palavra. Chales Rodrigues Campos,  
1546 Sede: Se for baixar em diligência, já baixar os dois para corrigir essas  
1547 classificações, não é? Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Isso,  
1548 conselheiro. Isso que eu estava pontuando aqui com o pessoal que, para  
1549 baixar em diligência, a gente abaixa para o bloco, já baixa os dois. Porque  
1550 eu acho que nas adequações vão ter que ser feitas em ambos os  
1551 pareceres, ok? Chales Rodrigues Campos, Sede: Perfeito. Presidente  
1552 Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Dessa feita, então, presentes  
1553 conselheiros, interessados para elaboradores e colegas. Ante a situação  
1554 exposta e ante as adequações que eventualmente necessário ser feitos,  
1555 os pareceres dos itens 6.7 e 6.8. Fica, então, determinada a baixa de  
1556 diligência desses processos, que retornarão na próxima reunião a ser  
1557 realizada. Ok? Mais alguma manifestação? Damos então, por encerrada  
1558 apreciação dos itens 6.8 e 6.7. Prosseguindo, nós temos que os itens 6.9 e  
1559 6.10, foram objeto de pedido de vista. Desta feita, nós damos por  
1560 encerrado o item 6 de nossa pauta. Prosseguindo com o item 7 que é  
1561 assuntos gerais. **7. ASSUNTOS GERAIS.** Nesse item 7 de nossa pauta,  
1562 assuntos gerais, solicitou a inscrição o senhor Henrique Damásio Soares,  
1563 que gostaria de se manifestar no presente tópico. Não declinou assunto,  
1564 eu indago se o senhor Henrique Damásio Soares se encontra na sala?  
1565 Henrique Damásio Soares: Estou sim, senhor presidente. Só aguardando  
1566 a sua liberação para me manifestar. Presidente Suplente Ilídio Lopes  
1567 Mundim Filho: Muito obrigado, senhor Henrique. O senhor tem a palavra  
1568 por 5 minutos.” Henrique Damásio Soares: Primeiramente, obrigado pela



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO**  
**Transcrição da 159ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de maio de 2023**

1569 oportunidade. Em seu nome, cumprimento a todos aqui desse importante  
1570 colegiado, do COPAM. Queria elogiar, o seu trabalho, principalmente na  
1571 questão dos impedimentos, dos votos da Polícia Militar. Eu gostaria de  
1572 deixar registrado, que ficasse registrado em ata, que a Semad, através da  
1573 Secretaria Executiva, fizesse um autocontrole, alguma tutela sobre os itens  
1574 das outras URC, principalmente da 105ª URC noroeste. Onde autos  
1575 lavrados pela própria polícia, também foram julgados pela polícia. Na  
1576 oportunidade, o presidente não solicitou o impedimento e ocorreram os  
1577 votos, que alteraram ou que tiveram impacto nas decisões. Esse é o meu  
1578 primeiro registro. E a minha colocação aqui é em relação ao programa de  
1579 conversão de multas ambientais. Já existe o decreto e eu vou fazer aqui  
1580 um discorrer aqui, porque eu acho que é importante a gente reverberar  
1581 isso, em virtude que são as URCs, que julgam as multas, mas é preciso  
1582 que o estado deu um passo a mais e avance nas políticas positivas, as  
1583 pautas positivas de conciliação ambiental. No ano de 2022 foram lavrados  
1584 autos de infração que ultrapassaram ao todo, isso é fonte da Semad, 364  
1585 milhões de reais. Então, assim, a fiscalização em 2022, do estado de  
1586 Minas Gerais, lavrou autos de infração no valor de 364 milhões. Eu estou  
1587 repetindo, porque realmente é impactante. O estado precisa urgentemente  
1588 implementar o programa de conversão de multas ambientais, prevista no  
1589 Decreto 4.772/2019, para que os fiscalizados possam, como medida  
1590 alternativa, realizar serviços ambientais que serão benéficos ao meio  
1591 ambiente, em detrimento de litígios judiciais e recolhimento ao caixa único  
1592 do estado, dos valores arrecadados com as publicações das penalidades.  
1593 Esses recursos advindos da aplicação das penalidades não são usados  
1594 em reparação ambiental. Eles entram no caixa único do estado e a gente  
1595 acredita que esse programa de conversão de multa ambiental é necessário  
1596 para que o benefício ambiental seja feito na prática. Na propriedade rural,  
1597 seja indústria, seja em meio urbano. Muitas dessas autuações são  
1598 questionadas judicialmente, seja pela demora, pela análise do órgão  
1599 ambiental ou por questões de mérito, evidenciando a necessidade de se  
1600 buscar um método mais efetivo para melhoria da qualidade ambiental do



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO**  
**Transcrição da 159ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de maio de 2023**

1601 nosso estado. O programa já prevê a conversão das multas em ações de  
1602 recuperação, áreas degradadas, melhorias de processo ecológico,  
1603 revegetação, recarga diacríticos, proteção da fauna e flora, dentre outros  
1604 instrumentos. Mesmo estando em vigor, o decreto ainda não tem sua  
1605 eficácia. Isso é muito ruim. Já tem o ordenamento, já tem o decreto, já tem  
1606 a norma prevista e falta o interesse do estado em fazer os procedimentos  
1607 para que o programa seja realmente seja efetivado. Então, assim, esse é  
1608 um posicionamento que a FAEMG tem feito nas demais unidades  
1609 colegiadas do COPAM. Na plenária do COPAM. Para que realmente o  
1610 governo efetivo, porque já passou 3 anos da entrada em vigor deste  
1611 decreto e até hoje esse programa não foi regulamentado. Então, assim,  
1612 respeitosamente, essa é manifestação da FAEMG, a gente sabe que o  
1613 trabalho bem feito realizado pela Semad, mas um programa desse só vai  
1614 trazer benefício ao meio ambiente. Então, assim, essa manifestação e a  
1615 FAEMG quer fazer parte dessa regulamentação desse programa. E aí eu  
1616 conto com apoio do Ministério Público para incentivar a Semad fazer esse  
1617 programa de conversão, porque eu acho que é necessário a gente trazer  
1618 ações práticas de meio ambiente, em detrimento o recolhimento em  
1619 pecúnia dos valores das multas. Pessoal, com todo o respeito, um bom dia  
1620 a todos e muito obrigado. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho:  
1621 Agradecemos ao senhor Henrique Soares, pela manifestação. Que foi  
1622 objeto de registro. Acerca deste tema ou algum outro, algum conselheiro  
1623 gostaria de fazer uso da palavra? Colega Bertholdino, o senhor tem a  
1624 palavra por 5 minutos. Bertholdino Apolonio Teixeira Jr., Siamig: Não, não  
1625 é só realmente é parabenizar essas palavras do pessoal da FAEMG. E eu  
1626 acho que tem que ir muito por esse caminho mesmo. Eu acho que tem que  
1627 regulamentar essa parte do decreto e transformar essas multas em ações  
1628 ambientais. Nós estamos percebendo, todos nós aqui que a cada ano os  
1629 valores das multas estão mais altas e com os processos ainda  
1630 complicados. Por mais que a SUPRAM tenha um excelente trabalho, por  
1631 mais que a Semad tenha toda uma estrutura, mas ainda a gente percebe  
1632 que o processo é lento e um processo moroso. Então, eu acho que mais



**UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO**  
**Transcrição da 159ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de maio de 2023**

do que nunca, é válida essa colocação da FAEMG. No sentido de, além de transformar essas multas, em ganhos ambientais, evidentemente. Também, esse processo ser mais rápido e ser mais eficiente. A gente sabe da melhoria que foi feita na Semad nos últimos anos, mas nós temos que elogiar, mas também temos que cobrar para que continue nesse processo. Que não deixe esse sistema ser sucateado. Muito menos esse sistema deixe de ser operacional. Basicamente era isso. Presidente Suplente Ilídio Lopes Mundim Filho: Obrigado, conselheiro Bertholdino. Agradecendo a sua colaboração e participação. Mais algum conselheiro gostaria de se manifestar? Bom, e não havendo mais manifestações, eu agradeço a presença de todos os conselheiros. Do pessoal da sede em BH que nos auxilia, dos nossos colegas colaboradores aqui da SUPRAM Triângulo, principalmente os da informática, que nos proporcionou realizar a reunião desta forma. Agradeço a presença de todos. E claro, encerrada a reunião. Até a próxima, e uma boa tarde e um bom final de semana a todos vocês. Obrigado.”

\*\*\*\* \*  
\*\*\*\* \*  
\*\*\*\* \*

**APROVAÇÃO DA TRANSCRIÇÃO**

---

**Ilídio Lopes Mundim Filho**

Superintendente Regional da SUPRAM Alto Paranaíba e  
Presidente Suplente da URC Triângulo Mineiro